

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	15
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	117
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	119

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.576.432
Preferenciais	4.607.026
Total	9.183.458
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	454.540	523.349
1.01	Ativo Circulante	82.346	86.662
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.186	7.177
1.01.03	Contas a Receber	57.153	56.059
1.01.03.01	Clientes	57.153	56.059
1.01.04	Estoques	689	689
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.530	10.082
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.530	10.082
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.788	12.655
1.01.08.03	Outros	12.788	12.655
1.02	Ativo Não Circulante	372.194	436.687
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.782	4.837
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	184	184
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	184	184
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.598	4.653
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.598	4.653
1.02.02	Investimentos	351.440	415.823
1.02.02.01	Participações Societárias	351.440	415.823
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	90.376	91.394
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	202.394	265.897
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	56.911	56.773
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.759	1.759
1.02.03	Imobilizado	15.897	15.948
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.897	15.948
1.02.04	Intangível	75	79
1.02.04.01	Intangíveis	75	79
1.02.04.01.02	Direito de Uso de Software	75	79

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	454.540	523.349
2.01	Passivo Circulante	24.768	28.727
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	316	308
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	316	308
2.01.02	Fornecedores	4.784	7.857
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.784	7.857
2.01.03	Obrigações Fiscais	719	1.483
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	620	1.301
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	620	1.301
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	99	182
2.01.05	Outras Obrigações	18.895	19.025
2.01.05.02	Outros	18.895	19.025
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	18.692	18.692
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	203	333
2.01.06	Provisões	54	54
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54	54
2.02	Passivo Não Circulante	317.520	317.538
2.02.02	Outras Obrigações	212.000	212.000
2.02.02.02	Outros	212.000	212.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	212.000	212.000
2.02.03	Tributos Diferidos	97.269	97.287
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.269	97.287
2.02.04	Provisões	8.251	8.251
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.251	8.251
2.03	Patrimônio Líquido	112.252	177.084
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-254.270	-197.266
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.497	20.325

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.123	13.681
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.435	-12.983
3.03	Resultado Bruto	1.688	698
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-59.326	-75.343
3.04.01	Despesas com Vendas	-204	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.410	-2.150
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	18
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-5
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-56.712	-73.206
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-57.638	-74.645
3.06	Resultado Financeiro	147	117
3.06.01	Receitas Financeiras	164	138
3.06.02	Despesas Financeiras	-17	-21
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-57.491	-74.528
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	331	-3
3.08.01	Corrente	331	-3
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-57.160	-74.531
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-57.160	-74.531
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-6,2245	-8,1162
3.99.01.02	PNA	-6,2245	-8,1162
3.99.01.03	PNB	-6,2245	-8,1162
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-6,2245	-8,1162
3.99.02.02	PNA	-6,2245	-8,1162
3.99.02.03	PNB	-6,2245	-8,1162

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-57.160	-74.531
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.828	2.091
4.02.01	Equivalência Patrimonial s/ Obrigações Atuariais	-7.828	2.091
4.03	Resultado Abrangente do Período	-64.988	-72.440

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.991	-3.828
6.01.01	Recebimento de Consumidores	7.684	14.672
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	97	115
6.01.04	Outros Recebimentos	77	24
6.01.08	Fornecedores - Materiais e Serviços	-8.532	-15.492
6.01.09	Salários, Encargos e Benefícios Sociais	-3.785	-2.251
6.01.11	Impostos e Contribuições	-151	-354
6.01.12	Outros Pagamentos	-381	-542
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-25
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	0	-25
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.991	-3.853
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.177	8.895
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.186	5.042

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-57.004	-7.828	-64.832
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-57.160	0	-57.160
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	156	-7.828	-7.672
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	156	-7.828	-7.672
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-254.270	12.497	112.252

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-74.531	2.091	-72.440
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-74.531	0	-74.531
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.091	2.091
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	2.091	2.091
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-168.710	50.589	235.904

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	8.933	15.416
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.137	15.416
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-204	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.452	-12.805
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.500	-13.261
7.02.04	Outros	48	456
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.481	2.611
7.04	Retenções	-56	-37
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-56	-37
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.425	2.574
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-56.548	-73.068
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-56.712	-73.206
7.06.02	Receitas Financeiras	164	138
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-54.123	-70.494
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-54.123	-70.494
7.08.01	Pessoal	2.656	2.714
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.638	2.680
7.08.01.02	Benefícios	5	14
7.08.01.03	F.G.T.S.	13	20
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	250	772
7.08.02.01	Federais	77	463
7.08.02.02	Estaduais	173	309
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	131	551
7.08.03.02	Aluguéis	114	531
7.08.03.03	Outras	17	20
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	17	20
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-57.160	-74.531
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-57.160	-74.531

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.829.692	2.709.827
1.01	Ativo Circulante	1.050.238	787.439
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	75.560	66.006
1.01.03	Contas a Receber	479.979	441.174
1.01.03.01	Clientes	479.979	441.174
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	479.979	441.174
1.01.04	Estoques	16.987	19.327
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.791	27.091
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	24.791	27.091
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	452.921	233.841
1.01.08.03	Outros	452.921	233.841
1.01.08.03.01	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	346.130	138.837
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.472	8.028
1.01.08.03.03	Demais Créditos	103.319	86.976
1.02	Ativo Não Circulante	1.779.454	1.922.388
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	884.878	1.011.218
1.02.01.03	Contas a Receber	7.803	7.733
1.02.01.03.01	Clientes	7.803	7.733
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.051	15.676
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.051	15.676
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	862.024	987.809
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.803	5.857
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro de Concessão	854.444	841.273
1.02.01.09.05	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	0	138.738
1.02.01.09.06	Demais Créditos	1.777	1.941
1.02.02	Investimentos	661.085	658.575
1.02.02.01	Participações Societárias	384.970	382.460
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	326.300	323.927
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	58.670	58.533
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	276.115	276.115
1.02.03	Imobilizado	116.720	122.714
1.02.04	Intangível	116.771	129.881

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.829.692	2.709.827
2.01	Passivo Circulante	1.124.148	946.999
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.357	36.862
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	36.357	36.862
2.01.02	Fornecedores	453.358	390.327
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	453.358	390.327
2.01.03	Obrigações Fiscais	204.051	189.119
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	44.968	38.834
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.778	468
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	43.190	38.366
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	157.387	148.637
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.696	1.648
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	84.867	69.417
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	84.867	69.417
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	84.867	69.417
2.01.05	Outras Obrigações	339.347	255.373
2.01.05.02	Outros	339.347	255.373
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	30.433	30.322
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	76.305	40.980
2.01.05.02.05	Benefícios Pós-Emprego	73.686	60.863
2.01.05.02.06	Contribuição de Iluminação Pública	105.701	83.603
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	53.222	39.605
2.01.06	Provisões	6.168	5.901
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.168	5.901
2.02	Passivo Não Circulante	1.367.720	1.360.685
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	240.860	251.694
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	240.860	251.694
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	240.860	251.694
2.02.02	Outras Obrigações	780.173	786.145
2.02.02.02	Outros	780.173	786.145
2.02.02.02.03	Benefícios Pós-Emprego	283.595	294.899
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	154.043	145.955
2.02.02.02.05	Contribuição de Iluminação Pública	127.402	129.500
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	215.133	215.791
2.02.03	Tributos Diferidos	267.673	244.382
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	267.673	244.382
2.02.04	Provisões	79.014	78.464
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	79.014	78.464
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	337.824	402.143
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-254.270	-197.266
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	12.497	20.325
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	225.572	225.059

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	587.469	410.219
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-515.261	-417.638
3.03	Resultado Bruto	72.208	-7.419
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-64.432	-55.196
3.04.01	Despesas com Vendas	-29.350	-20.114
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-37.702	-42.353
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15.351	17.339
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-15.084	-17.901
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.353	7.833
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.776	-62.615
3.06	Resultado Financeiro	-41.152	-3.010
3.06.01	Receitas Financeiras	16.985	9.633
3.06.02	Despesas Financeiras	-58.137	-12.643
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-33.376	-65.625
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-23.271	-4.771
3.08.01	Corrente	-1.104	-4.771
3.08.02	Diferido	-22.167	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-56.647	-70.396
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-56.647	-70.396
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-57.160	-74.531
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	513	4.135
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-6,2245	-8,1162
3.99.01.02	PNA	-6,2245	-8,1162
3.99.01.03	PNB	-6,2245	-8,1162
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-6,2245	-8,1162
3.99.02.02	PNA	-6,2245	-8,1162
3.99.02.03	PNB	-6,2245	-8,1162

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-56.647	-70.396
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.828	2.091
4.02.01	Ganho/(Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido	-7.828	2.091
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-64.475	-68.305
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-64.988	-72.440
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	513	4.135

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.629	33.034
6.01.01	Recebimento de Consumidores e de Venda de Energia	683.379	587.333
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	930	1.757
6.01.05	Liberação de Garantia - CCEE	4.601	0
6.01.06	Outros Recebimentos	79	39
6.01.09	Fornecedores - Materiais e Serviços	-47.440	-68.842
6.01.10	Fornecedroes - Energia Elétrica	-367.364	-259.644
6.01.11	Contribuição de Iluminação Pública	-30.467	-34.000
6.01.12	Saláriosl, Encargos e Benefícios Sociais	-69.317	-71.436
6.01.13	Pagamento de Encargos da Dívida	-9.089	-5.148
6.01.14	Impostos e Contribuições	-131.354	-91.814
6.01.15	Encargos Setoriais	-798	-4.589
6.01.16	Ressarcimento de Custo de Energia - Recursos da CDE	-12.068	0
6.01.17	Outros Pagamentos	-10.463	-20.622
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.998	-21.517
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Imobilizados e Intangíveis	-3.998	-21.517
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.923	-17.029
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	20.000	14.600
6.03.02	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-16.662	-31.629
6.03.03	Custo de Transação	-415	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9.554	-5.512
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	66.006	96.786
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	75.560	91.274

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084	225.059	402.143
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084	225.059	402.143
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-57.004	-7.828	-64.832	513	-64.319
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-57.160	0	-57.160	513	-56.647
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	156	-7.828	-7.672	0	-7.672
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	156	-7.828	-7.672	0	-7.672
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-254.270	12.497	112.252	225.572	337.824

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344	234.420	542.764
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344	234.420	542.764
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-74.531	2.091	-72.440	4.135	-68.305
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-74.531	0	-74.531	4.135	-70.396
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.091	2.091	0	2.091
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	2.091	2.091	0	2.091
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-168.710	50.589	235.904	238.555	474.459

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	852.076	562.039
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	839.078	528.427
7.01.02	Outras Receitas	4.925	2.367
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	20.209	37.766
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-12.136	-6.521
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-549.947	-402.379
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-481.187	-309.062
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-36.152	-44.207
7.02.04	Outros	-32.608	-49.110
7.02.04.01	Provisões/Reversões	-695	3.531
7.02.04.02	Custo de Construção de Ativos Próprios	-20.209	-37.766
7.02.04.03	Outros	-11.704	-14.875
7.03	Valor Adicionado Bruto	302.129	159.660
7.04	Retenções	-13.161	-13.537
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.161	-13.537
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	288.968	146.123
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.338	17.466
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.353	7.833
7.06.02	Receitas Financeiras	16.985	9.633
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	308.306	163.589
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	308.306	163.589
7.08.01	Pessoal	45.165	49.233
7.08.01.01	Remuneração Direta	27.236	35.893
7.08.01.02	Benefícios	14.093	13.340
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.836	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	251.105	161.850
7.08.02.01	Federais	129.405	67.489
7.08.02.02	Estaduais	121.700	94.361
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	68.683	22.902
7.08.03.02	Aluguéis	10.546	10.259
7.08.03.03	Outras	58.137	12.643
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	58.137	12.643
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-56.647	-70.396
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-57.160	-74.531
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	513	4.135

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
1º Trimestre de 2015

1

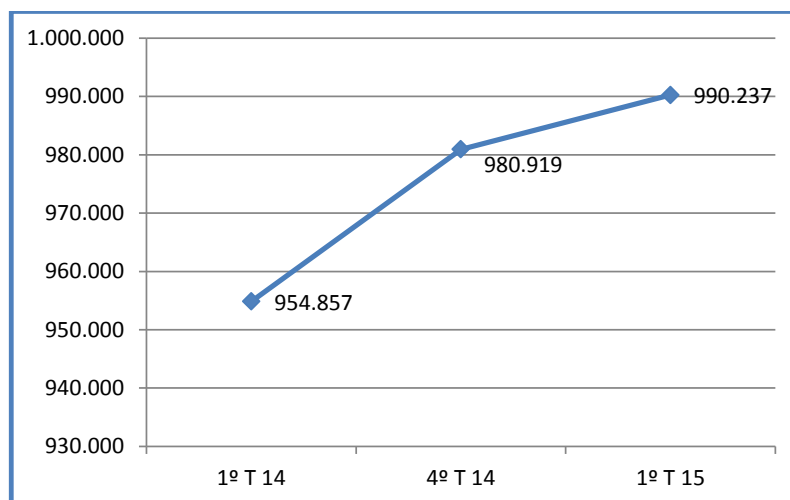
O Relatório de Desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília – CEB e de suas controladas descritas na Nota Explicativa Nº 1 das demonstrações financeiras, em 31 de março de 2015.

DESEMPENHO OPERACIONAL (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

QUANTIDADE DE CONSUMIDORES POR CLASSE

	Trimestres				
Classe de Consumidores	Consumidores			Δ Trim.	Δ Ano
	1T15	4T14	1T14		
Residencial	864.657	855.945	831.571	1,0%	4,0%
Comercial	107.145	106.659	105.321	0,5%	1,7%
Rural	10.138	10.098	9.992	0,4%	1,5%
Poder Público	6.234	6.212	5.931	0,4%	5,1%
Industrial	1.729	1.671	1.708	3,5%	1,2%
Serviço Público	315	315	315	- %	- %
Iluminação Pública	19	19	19	- %	- %
(=) Consumidores Faturados	990.237	980.919	954.857	0,9%	3,7%
Consumo Próprio	49	50	48	(2,0%)	2,1%
(=) Total	990.286	980.969	954.905	0,9%	3,7%

NÚMERO DE CONSUMIDORES



O número de consumidores apresentou crescimento de 0,9% em relação ao trimestre anterior e de 3,7% quando comparado ao 1T14, mantendo a evolução vegetativa dos últimos anos.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

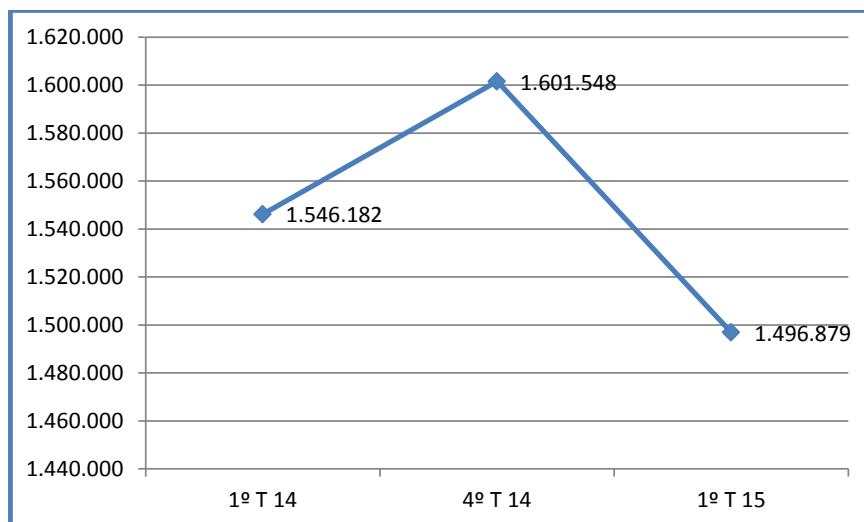
Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
1º Trimestre de 2015

2

CONSUMO DE CONSUMIDORES POR CLASSE

Classe de Consumidores	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T15	4T14	1T14		
Residencial	573.412	588.564	590.156	(2,6%)	(2,8%)
Comercial	514.621	547.045	513.638	(5,9%)	0,2%
Poder Público	152.553	174.096	161.284	(12,4%)	(5,4%)
Iluminação Pública	107.417	106.195	102.476	1,2%	4,8%
Serviço Público	68.557	94.903	84.267	(27,8%)	(18,6%)
Industrial	47.764	55.395	60.815	(13,8%)	(21,5%)
Rural	32.129	34.909	33.042	(8,0%)	(2,8%)
(=) Fornecimento Faturado	1.496.453	1.601.107	1.545.678	(6,5%)	(3,2%)
Consumo Próprio	426	441	504	(3,4%)	(15,5%)
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.496.879	1.601.548	1.546.182	(6,5%)	(3,2%)

CONSUMO – MWh



No 1T15, o consumo em MWh apresentou uma redução de 3,2% em relação ao 1T14, apesar do crescimento do número de consumidores de 0,9% e 3,7%, em relação ao 4T14 e 1T14, respectivamente. Tal retração do consumo foi causada pelo baixo desempenho da economia, pelo reajuste tarifário extraordinário e em função da adoção do sistema de bandeiras tarifárias estabelecido pelo Governo Federal, visando o reequilíbrio do setor elétrico. No 1T15, do total de consumidores, 87% pertenciam à Classe Residencial, 11% à Classe Comercial e os demais representaram 2%.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Refletindo o cenário de retração do setor elétrico, a Receita Operacional Bruta, no primeiro trimestre de 2015, apresentou queda de 12,9% em relação ao 4T14, apesar do crescimento de 51,8% em relação ao 1T14. Essa tendência deverá acentuar-se a partir do próximo trimestre, quando ocorrerão de forma mais efetiva os reflexos do reajuste tarifário extraordinário de 24,14% e da política de bandeiras tarifárias reajustadas que passou a vigorar a partir de 02 de março de 2015.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

1º Trimestre de 2015

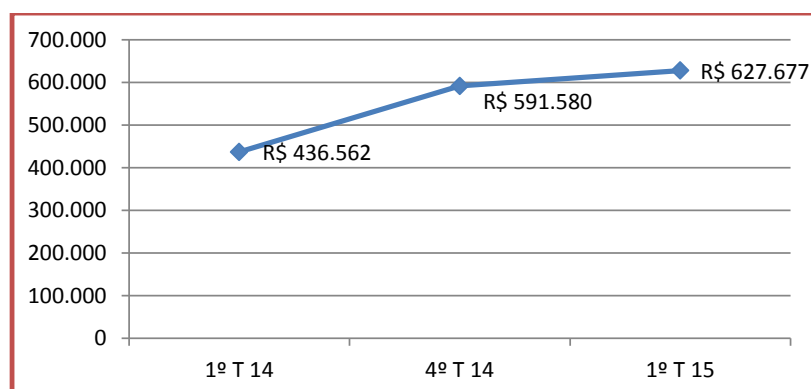
3

Receita Bruta – R\$ Mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T15	4T14	1T14		
Fornecimento de Energia Elétrica	627.677	591.581	436.562	6,1%	43,8%
Energia de Curto Prazo	112.870	89.739	42.948	25,8%	162,8%
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros	56.141	241.431			
Receita de Construção	20.209	19.214	37.766	5,2%	(46,5%)
Aporte de Recursos CDE	11.880	11.607	12.752	2,4%	(6,8%)
Receita de Prestação de Serviços	9.413	12.180	15.867	(22,7%)	(40,7%)
Suprimento de Energia	7.672	7.528	9.256	1,9%	(17,1%)
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	5.399	5.196	3.729	3,9%	44,8%
Receita de Venda de Gás	1.047	1.135	1.130	(7,8%)	(7,3%)
Outras Receitas	6.986	6.839	6.183	2,1%	13,0%
Receita Operacional Bruta	859.294	986.450	566.193	(12,9%)	51,8%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(271.825)	(227.274)	(155.974)	19,6%	74,3%
Receita Operacional Líquida	587.469	759.176	410.219	(22,6%)	43,2%

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – FATURAMENTO

Consumidores	Trimestres			Trimestres		
	MWh			R\$ Mil		
	1T15	4T14	1T14	1T15	4T14	1T14
Residencial	573.412	588.564	590.156	243.756	224.285	186.710
Comercial	514.621	547.045	513.638	215.696	206.614	159.337
Poder Público	152.553	174.096	161.284	68.984	71.313	54.104
Iluminação Pública	107.417	106.195	102.476	29.630	22.090	17.089
Serviço Público	68.557	94.903	84.267	24.129	25.634	18.229
Industrial	47.764	55.395	60.815	21.212	22.198	19.338
Rural	32.129	34.909	33.042	9.556	9.000	6.945
Subtotal - Fornecimento Faturado	1.496.453	1.601.107	1.545.678	612.963	581.134	461.752
Consumo Próprio	426	441	504			
Fornecimento Não Faturado Líquido				14.714	10.446	(25.190)
Total - Fornecimento de Energia Elétrica	1.496.879	1.601.548	1.546.182	627.677	591.580	436.562

FATURAMENTO – R\$ MIL



O fornecimento de energia em MWh no 1T15 apresentou queda de 3,2% em relação 1T14 e de 6,53% em relação 4T14. O crescimento da receita de 6,1% em relação ao 4T14 e de 43,8% em relação ao 1T14 deve-se, basicamente, aos reajustes tarifários, aliada ao crescimento do número de consumidores.

Comentário do Desempenho

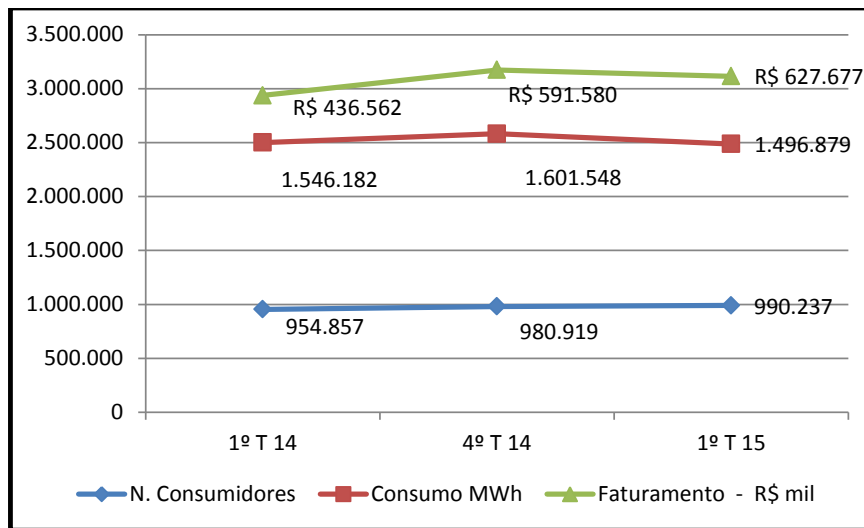


Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
1º Trimestre de 2015

4

RELAÇÃO FATURAMENTO – CONSUMO – NÚMERO DE CONSUMIDORES



O gráfico mostra o comportamento dos agregados comentados.

RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Receita de Prestação de Serviços apresentou redução de R\$ 2,7 milhões (22,7%) em relação ao 4T14 e de R\$ 6,4 milhões, quando comparado ao 1T14. O decréscimo foi motivado pela diminuição do número de obras e das manutenções de Iluminação Pública realizadas nos períodos comparados.

SUPRIMENTO DE ENERGIA

A Receita de Suprimento de Energia no 1T15 foi de R\$ 7,6 milhões, demonstrando estabilidade em relação ao 4T14 (R\$ 7,5 milhões). Em relação ao 1T14, houve uma redução de R\$ 1,5 milhão (-17,1%).

ENERGIA DE CURTO PRAZO

A Receita de Energia de Curto Prazo no 1T15 atingiu R\$ 112,8 milhões, representando um montante de R\$ 23,1 milhões (25,8%) superior à receita reconhecida no 4T14, e de R\$ 69,9 milhões (162,8%), em relação à obtida no 1T14. A variação positiva no período é justificada pela venda das sobras de energia no Mercado de Curto Prazo a preço de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), verificando-se uma variação maior do que o previsto, em função da não realização do consumo esperado para o período. Outra ocorrência que refletiu no aumento da receita de Energia de Curto Prazo foi a diferença entre o valor provisionado em dezembro de 2014, cujo montante estimado foi de R\$ 25,1 milhões, e o realizado, que alcançou R\$ 57,5 milhões.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

1º Trimestre de 2015

5

OUTRAS RECEITAS

A variação entre os trimestres apresentou-se estável, sendo que a rubrica de Arrendamento e Aluguéis foi a que apresentou maior volume de receita neste grupo.

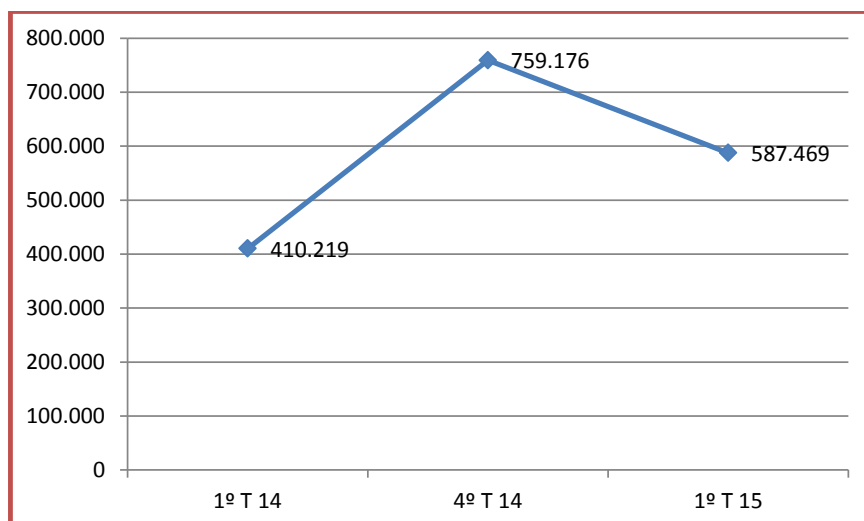
R\$ Mil	1T15	4T14	1T14	Δ Trim.	Δ Ano
Arrendamentos e Aluguéis	6.553	6.230	5.763	5,2%	13,7%
Serviço Taxado	429	609	256	(29,6%)	67,6%
Outras	4		164		(97,6%)
Total	6.986	6.839	6.183	(3,0%)	(2,8%)

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As Deduções da Receita Operacional Bruta no 1T15 apresentou um acréscimo de R\$ 44,5 milhões, (19,6%) superior na comparação com o 4T14, e de R\$ 115,8 milhões (74,3%), em relação ao 1T14. Este aumento foi influenciado pelo acréscimo da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e pelo reconhecimento do valor da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE relativa a Encargos dos Consumidores no 1T15, no montante de R\$ 46,8 milhões, conforme a Resolução Homologatória nº 1.857 da ANEEL, que estabeleceu a Cota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S/A à Eletrobrás no ano de 2015, no valor de R\$ 391,4 milhões.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA – R\$ MIL



A Receita Operacional Líquida no 1T15 (R\$ 587,4 milhões) apresentou uma redução de R\$ 171,7 milhões (22,6%), na comparação com o 4T14 (R\$ 759,1 milhões). A queda é justificada pelo reconhecimento inicial dos ativos e passivos regulatórios no montante de R\$ 241,4 milhões no 4T14 (R\$ 56,1 milhões no 1T15), em atendimento à orientação técnica OCPC 08 e à contabilização da CDE no valor de R\$ 46,8 milhões, ocorrida no 1T15. Esse comportamento foi parcialmente atenuado, em função dos reflexos do reajuste tarifário no período e do acréscimo da receita de Energia de Curto Prazo.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

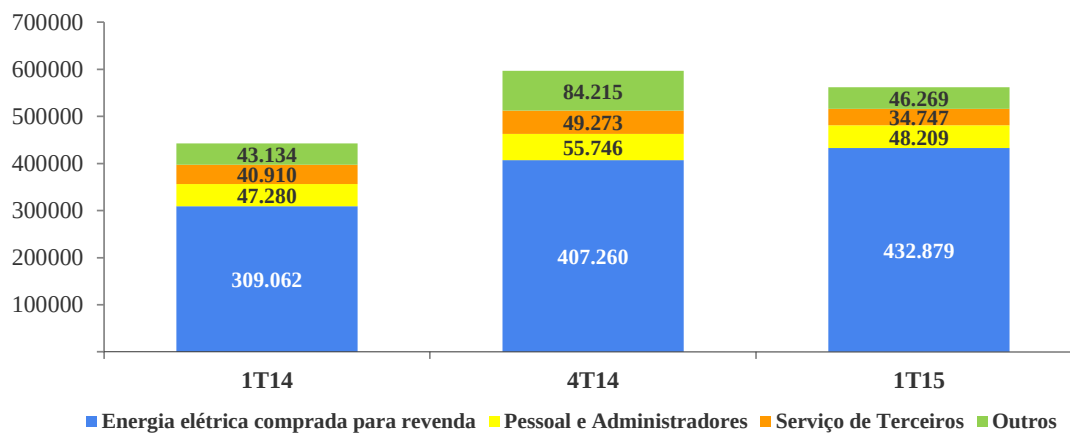
Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
1º Trimestre de 2015

6

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

R\$ Mil	Trimestres				
	1T15	4T14	1T14	Δ Trim.	Δ Ano
Custo da Energia Comprada					
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(303.040)	(306.875)	(250.247)	(1,2%)	21,1%
Energia Elétrica Comprada Para Revenda - Curto Prazo	(97.073)	(86.640)	(52.878)	12,0%	83,6%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(32.766)	(28.191)	(21.317)	16,2%	53,7%
Repasse de Recursos da CONTA - ACR		14.445	15.380		
Subtotal	(432.879)	(407.261)	(309.062)	6,3%	40,1%
Demais Custos e Despesas Operacionais					
Pessoal e Administradores	(48.209)	(55.746)	(47.280)	(13,5%)	2,0%
Serviço de Terceiros	(34.747)	(49.273)	(40.910)	(29,5%)	(15,1%)
Custo de Construção - Concessão	(20.209)	(19.214)	(37.766)	5,2%	(46,5%)
Depreciação/Amortização	(13.161)	(12.985)	(13.537)	1,4%	(2,8%)
Provisão Estimada de Perdas Com Crédito de Liquidação Duvidosa	(12.136)	(53.258)	(6.521)	(77,2%)	86,1%
Arrendamento	(10.463)	(10.033)	(10.033)	4,3%	4,3%
Entidade de Previdência Privada	(1.992)	(2.063)	(1.953)	(3,4%)	2,0%
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	(1.599)	(1.576)	(2.180)	1,5%	(26,7%)
Material	(1.044)	(1.341)	(3.297)	(22,1%)	(68,3%)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(789)	(846)	(627)	(6,7%)	25,8%
Gás Comprado para Revenda	(757)	(821)	(818)	(7,8%)	(7,5%)
Outras Despesas	(4.328)	(1.292)	(6.121)	235,0%	(29,3%)
Subtotal	(149.434)	(208.448)	(171.043)	(28,3%)	(12,6%)
Total	(582.313)	(615.709)	(480.105)	(5,4%)	21,3%

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EXCLUI CUSTOS DE CONSTRUÇÃO) – R\$ MIL



Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 582,3 milhões no 1T15, um decréscimo de R\$ 33,3 milhões (-5,4%), em relação ao 4T14. Com relação ao 1T14, houve um aumento de R\$ 102,2 milhões (21,3%), justificado, principalmente, pelo aumento de R\$ 25,8 milhões (6,3%) e R\$ 123,8 milhões (40,1%) do Custo da Energia Comprada, na comparação com o 4T14 e 1T14, respectivamente.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

1º Trimestre de 2015

7

As principais ocorrências no período referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

- ✓ **Custo da Energia Elétrica Comprada Para Revenda:** o custo da energia comprada para revenda no 1T15 totalizou R\$ 432,8 milhões, um acréscimo de R\$ 25,6 milhões (6,3%) na comparação com o 4T14. Em relação ao 1T14, o aumento foi de R\$ 123,8 milhões (40,1%). As justificativas para estes incrementos estão relacionadas aos seguintes eventos ocorridos nos períodos comparados:
 - reajustes dos contratos de compra de energia;
 - entradas de novos contratos de leilões (10º, 11º e 12º Leilão de Energia Nova – LEN e 13º Leilão de Energia Existente – LEE) e da Usina Hidrelétrica de Belo Monte;
 - elevação do dólar, implicando no aumento dos custos de energia comprada de ITAIPU;
 - aumento do montante de cotas de garantias físicas; e
 - acréscimo do custo das termelétricas.
- ✓ **Pessoal e Administradores:** no 1T15 houve um acréscimo de R\$ 0,9 milhão (2,0%) em relação ao 1T14, motivado pelos seguintes eventos:
 - reajuste salarial em decorrência do acordo coletivo da categoria que reajustou os salários pela variação do INPC + 1,25% de ganho real (7,59%); e
 - aposentadorias de 18 empregados gerando custo na folha de pagamento em função de indenizações e rescisões de R\$ 3,4 milhões; e
 - reduções das quantidades de Funções Gratificadas (42%) e de Empregos em Comissão (66%) em função do processo de racionalização de custos e despesas operacionais implantadas no 1T15.

Com relação ao 4T14, os custos e despesas com Pessoal e Administradores apresentou uma redução de 13,5% (R\$ 7,5 milhões), devido ao ajuste da provisão de férias e encargos correspondentes realizados no 4T14.

- ✓ **Serviços de Terceiros:** ocorreu uma redução de 29,5% em relação ao 4T14, e de 15,1% na comparação com o 1T14. Estas diminuições refletem as medidas adotadas pela Administração para racionalização dos custos e despesas operacionais. As principais reduções ocorreram nas seguintes rubricas:

	Trimestres			Variações			
	R\$ Mil			1T15 / 4T14		1T15 / 1T14	
Serviços:	1T15	4T14	1T14	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Serviços de Terceiros (Inclui Manutenção de IP)	5.214	12.715	10.041	(7.501)	(59,0)	(4.827)	(48,1)
Vigilantes	2.246	3.429	1.884	(1.183)	(34,5)	362	19,2
Processamento de Dados	2.228	2.815	2.617	(587)	(20,9)	(389)	(14,8)
Emprego em Comissão	2.195	3.073	2.740	(878)	(28,6)	(545)	(19,9)
Serviço Contratado	1.190	2.149	1.275	(959)	(44,6)	(85)	(6,7)
Conservação e Limpeza	595	1.170	1.018	(576)	(49,2)	(423)	(41,6)
Levantamento de Físico de Ativos	354	567	2.871	(213)	(37,5)	(2.516)	(87,7)
Manutenção e Conservação de Edificações		1.026	352	(1.026)	(100,0)	(352)	(100,0)
Total	14.022	26.944	22.797	(12.922)	(48,0)	(8.775)	(38,5)

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

1º Trimestre de 2015

8

As reduções dos serviços de terceiros foram parcialmente atenuadas pelos aumentos nas seguintes rubricas:

	Trimestres			Variações			
	R\$ Mil			1T15 / 4T14		1T15 / 1T14	
Serviços:	1T15	4T14	1T14	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Leitura de Medidores e Entrega de Faturas	4.390	4.192	3.435	198	4,7	955	27,8
Call Center	2.598	2.366	2.287	233	9,8	311	13,6
Corte e Religações	1.418	1.407		11	0,8	1.418	100,0
Total	8.407	7.965	5.722	442	5,6	2.685	46,9

- ✓ **Custo de Construção – Concessão:** apresentou-se estável em relação ao 4T14 com uma variação de 5,2%. Já com relação ao 1T14, a redução foi de 46,5%, que reflete a diminuição de investimentos da controlada CEB Distribuição S/A. Tal comportamento não impacta o resultado, devido à receita de construção ser reconhecida no mesmo valor do Custo de Construção.
- ✓ **Provisão Estimada Com Crédito de Liquidação Duvidosa/Perdas:** no 1T15 a Estimativa de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa apresentou uma queda de R\$ 41,1 milhões (-77,2%) em relação ao 4T14, devido ao reconhecimento de estimativas de perdas com o Governo do Distrito Federal no montante de R\$ 47,7 milhões. Na comparação com o 1T14, a provisão apresentou um aumento de R\$ 5,6 milhões (86,1%).
- ✓ **Arrendamento:** no 1T15 houve um aumento de R\$ 0,4 milhão, 4,3% superior na comparação com o 4T14, devido à revisão anual do contrato firmado entre a Investco S/A e a Controlada CEB Lajeado S/A, que foi atualizado pelo INPC.

OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

No 1T15, a conta Outras Receitas Operacionais Liquida totalizou R\$ 0,2 milhão. Na comparação com o 4T14, houve um acréscimo de R\$ 3,2 milhões. Os itens que mais contribuíram para o resultado positivo foram: a redução da constituição de provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios, que considerando as reversões, totalizou um montante líquido de R\$ 0,8 milhão (7,5 milhões no 4T14); e a provisão para participação nos resultados constituída no 4T14 (R\$ 3,0 milhões).

	Trimestres				
	1T15	4T14	1T14	Δ Trim.	Δ Ano
Outras Receitas Operacionais – R\$ MIL					
Outras Receitas Operacionais					
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego	8.104	12.119	7.828	(33,1%)	3,5%
Ressarcimento CCEARs	968	1.091	7.126	(11,3%)	(86,4%)
Recuperação de Créditos Baixados Por Perdas	4.973	6.684	2.378	(25,6%)	109,1%
Reversão de Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	1.342	2.012	18	(33,3%)	7.355,6%
Ganho na Baixa de Bens	(48)	(82)	(11)	(41,5%)	336,4%
Outras Receitas	12	17		(29,4%)	
Total	15.351	21.841	17.339	(29,7%)	(11,5%)
Outras Despesas Operacionais					
Provisão de Benefícios Pós Emprego	(8.859)	(9.094)	(9.814)	(2,6%)	(9,7%)
Provisão de Participação Nos Lucros		(3.016)			
Compensação de Descontinuidade de Energia	(3.710)	(1.434)	(6.212)	158,7%	(40,3%)
Provisão Para Perdas - Depósitos Judiciais		(344)			
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(2.160)	(9.514)	(1.534)	(77,3%)	40,8%
Multas da ANEEL	(252)	(1.419)	(247)	(82,2%)	2,0%
Outras Despesas	(103)	(17)	(94)	505,9%	9,6%
Total	(15.084)	(24.838)	(17.901)	(39,3%)	(15,7%)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	267	(2.997)	(562)		

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB 1º Trimestre de 2015

9

RESULTADO FINANCEIRO

No 1T15, o resultado financeiro foi negativo, no montante de R\$ 41,1 milhões (R\$ 12,1 milhões positivo no 4T14). Na comparação com o 1T14, ocorreu uma redução de R\$ 38,1 milhões.

R\$ Mil	Trimestres				
	1T15	4T14	1T14	Δ Trim.	Δ Ano
Receitas Financeiras					
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	8.810	14.516		(39,3%)	
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	3.740	9.225	2.784	(59,5%)	34,3%
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	2.922	2.719	2.674	7,5%	9,3%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.015	1.411	1.932	(28,1%)	(47,5%)
Multas e Penalidades Aplicadas	189	133	1.318	42,1%	(85,7%)
Atualização a Valor Justo - Ativo Financeiro Indenizável - Concessão		12.754			
Juros Sobre Capital Próprio		8.444			
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio		(8.444)			
Outras Receitas Financeiras	309	630	925	(51,0%)	(66,6%)
Total	16.985	41.388	9.633	(59,0%)	76,3%
Despesas Financeiras					
Juros /Variações Monetárias sobre Passivos	(22.754)	(8.574)	(6.084)	165,4%	274,0%
Variação Cambial Sobre Fatura de Energia Elétrica	(21.757)	(3.890)		459,3%	
Encargos de Dívidas	(10.367)	(7.849)	(5.034)	32,1%	105,9%
Atualização de Benefício Pós-emprego	(698)	(784)	(1.041)	(11,0%)	(32,9%)
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios	(589)	(6.504)		(90,9%)	
Juros Sobre Capital Próprio		(4.848)			
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio		4.848			
Outras Despesas Financeiras	(1.972)	(1.640)	(484)	20,2%	307,4%
Total	(58.137)	(29.241)	(12.643)	98,8%	359,8%
Resultado Financeiro	(41.152)	12.147	(3.010)		

Os principais eventos que causaram esta variação negativa nos períodos comparados foram os seguintes:

- ✓ **Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos:** as variações de 165,4% e 274,0% na comparação com o 4T14 e 1T14, respectivamente, em relação ao 1T15, foram reflexos do reconhecimento da Atualização Monetária sobre:
 - parcelamento da CIP no valor de R\$ 5,9 milhões;
 - contrato de dívida da CEB Distribuição S/A com a FACEB, que é atualizado pela variação do INPC, gerando uma atualização no período de R\$ 1,5 milhão; e
 - energia de curto prazo registrada na CEB Distribuição S/A que apurou uma atualização monetária de R\$ 8,6 milhões, conforme relatório emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE .
- ✓ **Variação Cambial Sobre Faturas de Energia Elétrica:** no 1T15, a variação cambial reconhecida sobre as faturas de compra de energia elétrica junto a ITAIPU foi de R\$ 21,7 milhões (R\$ 3,8 milhões no 4T14), registrando uma variação de 459,3%, justificada pela variação do dólar no período (US\$ 2,6783, em 31/12/2014 – US\$ 3,2601, em 31/03/2015) e ainda pela política de pagamento da CEB Distribuição S/A para a geradora ITAIPU.
- ✓ **Encargos da Dívida:** o aumento dos encargos ocorreu em função de novas captações/renegociações de empréstimos e financiamentos no 4T14, ocorridas na CEB Distribuição S/A.

Comentário do Desempenho



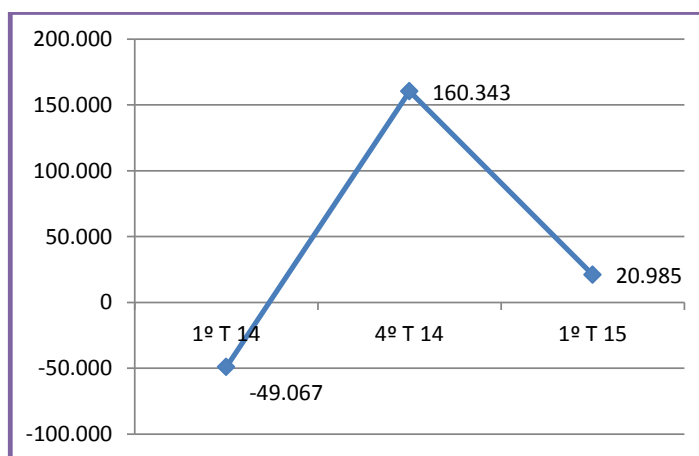
Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
1º Trimestre de 2015

10

EBITDA (LAJIDA)

EBTIDA – R\$ MIL



O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado conforme Instrução CVM Nº 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo o Resultado da Venda de Bens, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado), não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda, que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No 1T15, o EBITDA Ajustado foi positivo, no montante de R\$ 20,9 milhões (R\$ 160,3 milhões no 4T14), ocorrendo uma redução de 86,9% na comparação com o 4T14. A Margem EBITDA Ajustada no 1T15 foi de 3,57%, enquanto no 4T14 foi de 21,11%, e -11,96% no 1T14. A redução em relação ao 4T14 deveu-se, principalmente, ao reconhecimento integral dos Ativos e Passivos Regulatórios no 4T14, conforme a orientação técnica OCPC 08 emitida pelo CPC e regulamentada pela CVM. Estes Ativos e Passivos Regulatórios geraram uma receita de R\$ 241,3milhões no 4T14 (R\$ 56,1milhões no 1T15).

R\$ Mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T15	4T14	1T14		
Lucro/(Prejuízo) Consolidado do Período	(56.647)	62.137	(70.396)	(191,2%)	(19,5%)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	23.271	97.286	4.771	(76,1%)	387,8%
(+) Resultado Financeiro	41.152	(12.147)	3.010	(438,8%)	1.267,2%
(+) Depreciação/Amortização	13.161	12.985	13.537	1,4%	(2,8%)
EBITDA	20.937	160.261	(49.078)	(86,9%)	142,7%
Itens não Recorrentes					
(-) (Ganho)/Perda na Venda de Bens	48	82	11	(41,5%)	336,4%
EBITDA Ajustado	20.985	160.343	(49.067)	(86,9%)	142,8%
Margem EBITDA %	3,56	21,11	(11,96)	(99,8%)	100,3%
Margem EBITDA Ajustado %	3,57	21,12	(11,96)	(99,8%)	100,3%

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
1º Trimestre de 2015

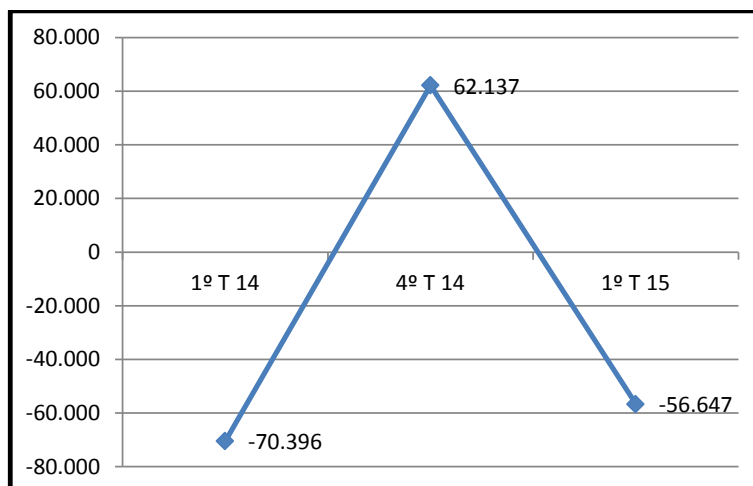
11

LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO

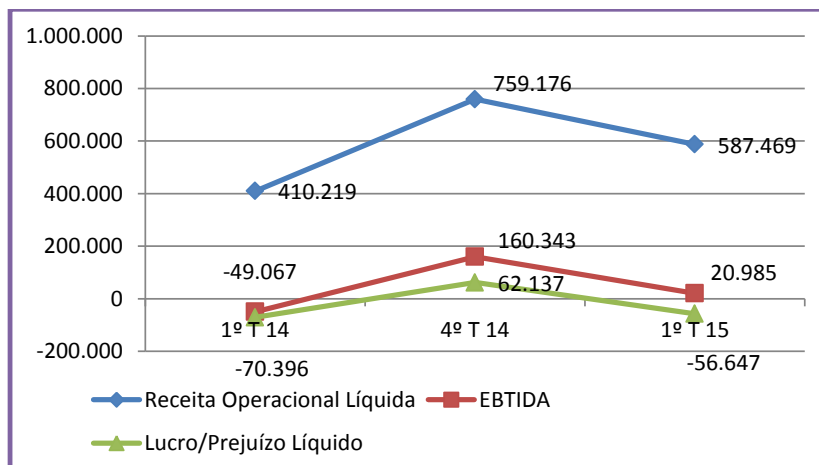
O Prejuízo Consolidado no 1T15 foi de R\$ 56,6 milhões, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi de R\$ 57,1 milhões (R\$ 60,0 milhões de Lucro no 4T14), representando uma redução de 195,3%. Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um Lucro de R\$ 0,5 milhão.

R\$ Mil	Trimestres				
	1T15	4T14	1T14	Δ Trim.	Δ Ano
Lucro/(Prejuízo) Consolidado do Período	(56.647)	62.137	(70.396)	(191,2%)	(19,5%)
Margem Líquida	(9,64%)	8,18%	(17,16%)	(217,8%)	(43,8%)
Prejuízo Atribuído aos Acionistas Controladores	(57.160)	60.008	(74.531)	(195,3%)	(23,3%)
Prejuízo por Ação (R\$)	(6,2245)	6,5344	(8,1162)	(195,3%)	(23,3%)

LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO – R\$ MIL



RELAÇÃO ROL – EBTIDA – LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO – R\$ MIL



Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
1º Trimestre de 2015

12

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

A Dívida Bruta Consolidada apresentou um acréscimo de R\$ 4,6 milhões, 1,4% superior em relação a dezembro de 2014. Em comparação com março de 2014, o aumento foi de 81,3 milhões (33,3%). A Dívida Líquida em março de 2015, em quantidade de EBITDA, correspondeu a 1,8 EBITDA (3,6 EBITDA em dezembro de 2014 e 1,3 EBITDA em março de 2014).

R\$ Mil	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014	Δ Trim.	Δ Ano
Curto Prazo	84.867	69.417	116.533	22,26%	(27,17%)
Longo Prazo	240.860	251.694	127.828	(4,30%)	88,43%
Dívida Total	325.727	321.111	244.361	1,44%	33,30%
(-) Caixa Disponível (R\$ mil)	75.560	66.006	91.274	14,47%	(17,22%)
= Dívida Líquida (R\$ mil)	250.167	255.105	153.087	(1,94%)	63,41%
Dívida Líquida /EBITDA	1,8	3,6	1,3	(29,74%)	101,85%

EBITDA Anualizado: representa o EBITDA do mês corrente, somada com o EBITDA mensal dos onze meses anteriores.

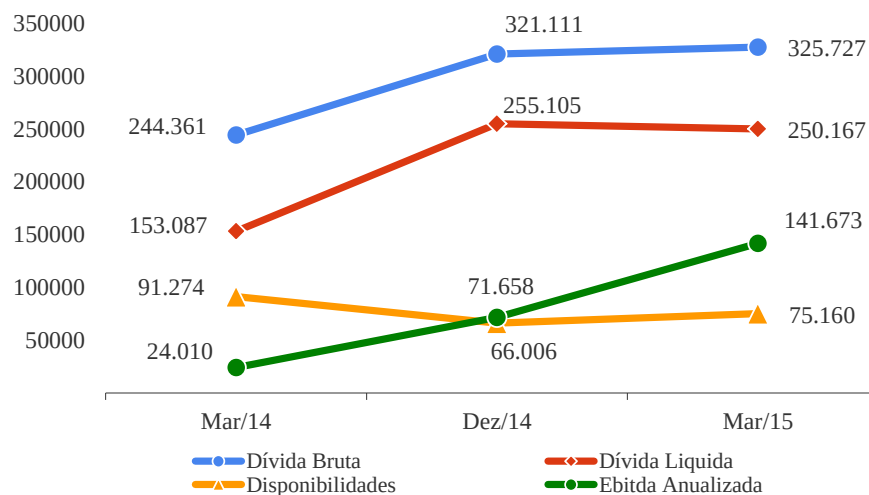
CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA

R\$ Mil	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Moeda Nacional	84.867	34.366	61.182	51.278	41.906	52.128	325.727

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

R\$ Mil	31/03/2015
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2014	321.111
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	20.000
Encargos Incorridos no Período	10.310
Custo de Transação	57
Encargos Financeiros Pagos	(9.089)
Amortizações de Principal	(16.662)
Saldo em 31 de março de 2015	325.727

COMPORTAMENTO DA DÍVIDA - R\$ MIL



Comentário do Desempenho



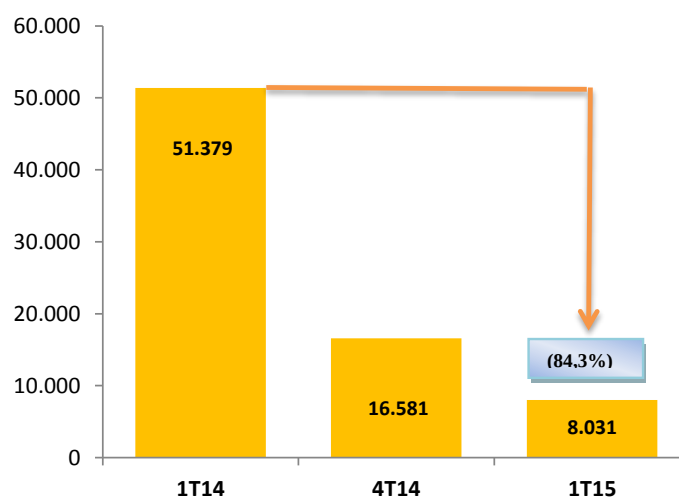
Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
1º Trimestre de 2015

13

CAPEX (SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO)

R\$ Mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T15	4T14	1T14		
CAPEX	8.031	16.581	51.379	(51,5%)	(84,3%)

COMPORTAMENTO DO CAPEX – R\$ MIL



No 1T15, os investimentos totalizaram R\$ 8,0 milhões, apresentando uma redução de R\$ 8,5 milhões (-51,5%) em relação ao 4T14 (R\$ 16,5 milhões). Quando comparado com o 1T14, o CAPEX teve uma forte retração, em função do fato de que naquele trimestre, os investimentos relacionados com a Copa 2014 ainda eram muito intensos.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
1º Trimestre de 2015

14

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R\$ Mil	1T15	4T14	1T14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	859.294	986.450	566.193
Fornecimento de Energia Elétrica	627.677	591.581	436.562
Energia de Curto Prazo	112.870	89.739	42.948
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	56.141	241.431	
Receita de Construção	20.209	19.214	37.766
Aporte de Recursos CDE	11.880	11.607	12.752
Receita de Prestação de Serviços	9.413	12.180	15.867
Suprimento de Energia	7.672	7.528	9.256
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	5.399	5.196	3.729
Receita de Venda de Gás	1.047	1.135	1.130
Outras Receitas	6.986	6.839	6.183
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(271.825)	(227.274)	(155.974)
Tributos Sobre a Receita Operacional Bruta	(203.002)	(213.818)	(146.180)
Encargos do Consumidor	(68.818)	(13.456)	(9.794)
Descontos Incondicionais	(5)		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	587.469	759.176	410.219
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(566.532)	(598.915)	(459.297)
Custo da Energia Comprada	(432.879)	(407.261)	(309.062)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(303.040)	(306.875)	(250.247)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(32.766)	(28.191)	(21.317)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda - Curto Prazo	(97.073)	(86.640)	(52.878)
Repasse de Recursos da CONTA - ACR		14.445	15.380
Demais Custos/Despesas Operacionais Líquidas	(133.653)	(191.654)	(150.235)
Pessoal e Administradores	(50.201)	(57.809)	(49.233)
Custo de Construção	(20.209)	(19.214)	(37.766)
Serviços de Terceiros	(34.747)	(49.273)	(40.910)
Arrendamento	(10.463)	(10.033)	(10.033)
Provisão Estimada Para Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(12.136)	(53.258)	(6.521)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Tributários e Regulatórios	(818)	(7.502)	(1.516)
Gás Comprado para Revenda	(757)	(821)	(818)
Material	(1.044)	(1.341)	(3.297)
Equivalência Patrimonial	2.353	5.953	7.833
Outras Despesas Operacionais	(19.640)	(21.423)	(25.295)
Outras Receitas Operacionais	14.009	23.067	17.321
EBITDA	20.937	160.261	(49.078)
Margem EBITDA	3,56%	21,11%	-11,96%
Depreciação e Amortização	(13.161)	(12.985)	(13.537)
EBIT	7.776	147.276	(62.615)
Resultado Financeiro	(41.152)	12.147	(3.010)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	(33.376)	159.423	(65.625)
DEDUÇÕES	(23.271)	(97.286)	(4.771)
IRPJ/CSLL	(23.271)	(97.286)	(4.771)
LUCROS/(PREJUÍZO) DO PERÍODO	(56.647)	62.137	(70.396)
Margem Líquida	-9,64%	8,18%	-17,16%
Atribuível aos Acionistas Controladores	(57.160)	60.008	(74.531)
Atribuível aos Acionistas Não Controladores	513	2.129	4.135
Quantidade de Ações em Mil	9.183	9.183	9.183
Lucro/(Prejuízo) Atribuído aos Acionistas Controladores Por Ação (R\$)	(6,22450)	6,53468	(8,11620)

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB 1º Trimestre de 2015

15

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial – R\$ Mil	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Total Ativo	2.829.692	2.709.827	2.430.526
Circulante	1.050.238	787.438	505.582
Caixa e Equivalentes de Caixa	75.560	66.006	91.274
Contas a Receber	479.979	441.174	249.975
Aplicações Financeiras			295
Estoques	16.987	19.327	32.069
Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.472	8.028	7.509
Tributos e Contribuições Compensáveis	24.791	27.091	36.971
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	346.130	138.837	
Demais Créditos	103.319	86.975	87.489
Não Circulante	1.779.454	1.922.389	1.924.944
Contas a Receber	7.803	7.733	50.775
Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.803	5.857	7.582
Tributos e Contribuições Compensáveis	15.051	15.676	22.011
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros		138.738	
Ativo Financeiro Indenizável	854.444	841.273	749.992
Demais Créditos	1.777	1.941	1.827
Investimentos	661.085	658.576	692.371
Imobilizado	116.720	122.714	142.112
Intangível	116.771	129.881	258.274
Total Passivo	2.829.692	2.709.827	2.430.526
Circulante	1.124.148	946.999	951.928
Fornecedores	453.358	390.327	366.148
Obrigações Tributárias	204.051	189.119	143.592
Contribuição de Iluminação Pública	105.701	83.603	129.031
Encargos Regulatórios	76.305	40.980	31.981
Empréstimos e Financiamentos	84.867	69.417	116.533
Obrigações Societárias	30.433	30.322	32.233
Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.357	36.862	35.090
Benefícios Pós Emprego	73.686	60.863	65.440
Provisões Para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Tributários e Regulatórios	6.168	5.901	4.922
Demais Obrigações	53.222	39.605	26.958
Não Circulante	1.367.720	1.360.685	1.004.139
Fornecedores			25.904
Obrigações Tributárias	267.673	244.382	145.839
Contribuição de Iluminação Pública	127.402	129.500	
Empréstimos e Financiamentos	240.860	251.694	127.828
Obrigações Sociais e Trabalhistas			2.420
Benefícios Pós Emprego	283.595	294.899	282.581
Encargos Regulatórios	154.043	145.955	133.540
Provisões Para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Tributários e Regulatórios	79.014	78.464	68.396
Demais Obrigações	215.133	215.791	217.631
Patrimônio Líquido	337.824	402.143	474.459
Atribuído aos acionistas controladores	112.252	177.084	235.904
Capital Social	342.056	342.056	342.056
Adiantamentos Para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969	11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.497	20.325	50.589
Prejuízos Acumulados	(254.270)	(197.266)	(168.710)
Atribuído aos Acionistas Não Controladores	225.572	225.059	238.555

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB
1º Trimestre de 2015

16

ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R\$ Mil	1T15	4T14	1T14
Atividades:			
Operacionais	10.629	(47.125)	33.034
Investimento	(3.998)	(8.935)	(21.517)
Financiamento	2.923	59.788	(17.029)
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	9.554	3.728	(5.512)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período	66.006	62.278	96.786
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período	75.560	66.006	91.274
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.554	3.728	(5.512)

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

1º Trimestre de 2015

17

ANEXO IV – RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES – SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO – R\$ MIL

Consumidores	1T15	1T14	1T15	1T14	1T15	1T14
	Consumidores		MWh		Valor	
Residencial	864.657	831.571	573.412	590.156	243.756	186.710
Industrial	1.729	1.708	47.764	60.815	21.212	19.338
Comercial	107.145	105.321	514.621	513.638	215.696	159.337
Rural	10.138	9.992	32.129	33.042	9.556	6.945
Poder Público	6.234	5.931	152.553	161.284	68.984	54.104
Iluminação Pública	19	19	107.417	102.476	29.630	17.089
Serviço Público	315	315	68.557	84.267	24.129	18.229
(=) Fornecimento faturado	990.237	954.857	1.496.453	1.545.678	612.963	461.752
Consumo Próprio	49	48	426	504		
Fornecimento Não Faturado Líquido					14.714	(25.190)
Encargo de Capacidade Emergencial						2
Efeito Líquido - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					60.333	
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos					(4.192)	
Aportes Recursos CDE					11.880	12.752
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	990.286	954.905	1.496.880	1.546.182	695.698	449.316
Energia Elétrica de Curto Prazo					112.179	40.194
Disponibilização do Sistema de Distribuição					5.600	3.921
Receita de Construção					20.209	37.766
Receita da Prestação de Serviços					123	
Arrendamentos e Aluguéis					6.553	5.766
Outras Receitas e Rendas					431	726
Total da Receita Operacional					840.793	537.689
Deduções da Receita					(266.912)	(150.179)
Impostos					(121.325)	(93.907)
ICMS					(121.038)	(93.612)
ISS					(287)	(295)
Contribuições					(77.160)	(46.902)
PIS/PASEP					(13.760)	(8.366)
COFINS					(63.400)	(38.536)
Encargos do Consumidor					(68.427)	(9.370)
Encargo de Capacidade Emergencial						(2)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(2.828)	(1.829)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(46.865)	(5.710)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(2.828)	(1.829)
Outros Encargos					(15.906)	
Receita Operacional Líquida					573.881	387.510

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, SGCVS lote 15 bloco C, 2º e 3º andares, ed. Jade Home Office, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6, para as ações ordinárias e preferenciais.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

1.2 Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Investidas	Atividade	31/03/2015	31/12/2014
Participações diretas			
Em Controladas			
CEB D	Distribuição	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geração	100%	100%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasileira de Gás	Gás	17%	17%
Em Controlada em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	47,57%	47,57%
Participações indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

a) Controladas

- **CEB D** – A CEB Distribuição S.A. (“CEB D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CEB D é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

(i) Informações sobre a concessão de distribuição de energia elétrica da CEB D

A CEB D é detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

As principais obrigações da CEB D, previstas no contrato de concessão, consistem em:

- i) Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, pelas tarifas homologadas pelo poder concedente, nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação.
- ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade, a qualidade e a eficiência dos serviços.
- iii) Manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar pela sua integridade. A venda, cessão ou doação em garantia hipotecária dos bens imóveis ou de partes essenciais das instalações depende de prévia e expressa autorização do poder concedente.
- iv) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo ao poder concedente, aos usuários e a terceiros, pelas eventuais consequências danosas da exploração dos serviços.
- v) Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidos pelo poder concedente.
- vi) Permitir aos encarregados da fiscalização do poder concedente, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus registros contábeis.
- vii) Prestar contas ao poder concedente e aos usuários, segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, da gestão dos serviços concedidos.
- viii) Manter as reservas de água e de energia elétrica necessárias ao atendimento dos serviços de utilidade pública.
- ix) Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

x) Realizar programas de treinamento, de modo a assegurar, permanentemente, a melhoria da qualidade e mais eficiência na prestação dos serviços concedidos.

xi) Participar do planejamento setorial e da elaboração dos planos de expansão do Sistema Elétrico Nacional, implementando e fazendo cumprir, em sua área de concessão, as recomendações técnicas e administrativas deles decorrentes.

xii) Aderir ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição.

xiii) Integrar o Grupo Coordenador para Operação Interligada - GCOI, operando suas instalações de acordo com as regras vigentes, devendo a concessionária acatar e aplicar quaisquer novas resoluções, recomendações e instruções emitidas pelo GCOI.

xiv) Respeitar, nos termos da legislação em vigor, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante de seus aproveitamentos hidrelétricos, devendo considerar, nas regras operativas, a alocação de volume de espera nos reservatórios de suas usinas, de modo a minimizar os efeitos adversos das cheias.

xv) Efetuar, quando determinado pelo poder concedente, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e às interligações que forem necessárias. Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente que é representado pela ANEEL. Os valores das tarifas são reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada quatro anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A data da última revisão tarifária da CEB D foi no dia 26 de agosto de 2012. Neste processo, a ANEEL procedeu ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da CEB D, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A CEB D também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da CEB D.

Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da CEB D sem anuência prévia do poder concedente. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

(ii) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB D

Os planos da Administração para o aprimoramento das atividades da CEB D consistem na busca da eficiência operacional e financeira para garantir, tanto a renovação da Concessão do Serviço Público de Distribuição de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Energia Elétrica no DF, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, quanto à eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

A Administração tem desenvolvido medidas para a redução de seu custeio visando a atingir a necessária liquidez da Companhia.

Dentre as medidas em curso e de grande repercussão econômica e financeira ressaltam-se:

- a) estudos de reavaliação do Plano de Saúde, objetivando a implantação de uma nova modalidade de plano assistencial lastreada em estudos técnicos;
- b) estudos para alienação de imóveis inservíveis à Concessão.

Ainda nesse contexto, a administração está em processo de negociação com o Poder Executivo para reconhecer a dívida de consumo de energia elétrica dos órgãos do Governo do Distrito Federal - GDF, e quitação do montante para com a Companhia, débitos já reconhecidos nos processos de prestações de contas anuais. Esses recursos trarão significativa melhoria para a situação econômica e financeira da CEB D.

(iii) Medida Provisória nº 579 e Decreto Lei nº 7.805

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória nº 579/2012 assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a redução nos custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Para as concessões de Distribuição haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão e/ou seus termos aditivos. Adicionalmente, a referida Lei elimina os encargos setoriais CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), e reduz o encargo CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%.

Em 24 de janeiro de 2013, conforme disposto na Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 em 11 de janeiro de 2013, a ANEEL efetuou o cálculo da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE para a CEB D, por meio da Resolução Homologatória Nº 1.446, de 24 de janeiro de 2013 que homologou as novas tarifas de energia para a Companhia, apurando uma redução média de 18,11% para os consumidores residenciais de baixa tensão. Para as demais classes de consumidores, os efeitos variaram entre 15% e 22%. A redução média da receita regulatória, considerada para o cálculo da RTE ocorrida em 2013 foi de 17,38%.

Para a Companhia a concessão poderá ser prorrogada, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento aos critérios de racionalidade operacional e econômica.

A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão e/ou nos termos aditivos. A partir da decisão do Poder Concedente pela prorrogação, a Companhia deverá assinar o contrato de concessão e/ou os termos aditivos no prazo de até trinta dias contados da convocação.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Reajuste tarifário anual

O reajuste tarifário anual, visa repassar à tarifa os impactos produzidos pelos custos não gerenciáveis da concessão (compra de energia, os encargos setoriais e os custos de transmissão). Vislumbra também ajustar os custos gerenciáveis da distribuidora (custos operacionais, remuneração pelos investimentos realizados e quota de depreciação) com a incidência parcial, da atualização monetária (pela dedução do fator X, que significa o compartilhamento com os consumidores dos ganhos de produtividade).

Inicialmente, de acordo com a Nota Técnica nº 267/2014-SRE/ANEEL, de 13/8/2014, o componente financeiro fora calculado em 9,70%. Não obstante, a pedido da Concessionária, houve o diferimento parcial de 9% deste (o equivalente a R\$ 136.250, a preços de agosto de 2014, a ser objeto de devolução nos próximos processos tarifários, atualizado pela variação do IGP-M).

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 1779, de 19 de agosto de 2014, estabeleceu o reajuste tarifário 2014 da CEB D. O reajuste médio, que passou a vigorar a partir de 26 de agosto de 2014, ficou em 17,12% para o período de 12 meses, sendo 16,42% o reajuste econômico e 0,70% o relativo aos componentes financeiros.

O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 18,88%, sendo de 19,90% para os atendidos em alta tensão e de 18,38% para os atendidos em baixa tensão. Em 2013, o reajuste médio ficou em 7,64% para o período de 12 meses, sendo 9,22% o reajuste econômico e de -1,58% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

(v) Reajuste Tarifário Extraordinário

Em reunião pública realizada em 27 de fevereiro de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou um índice médio de reajuste tarifário extraordinário de 24,14%, da controlada CEB Distribuição S.A, com vigência a partir de 02 de março de 2015. A Revisão Tarifária Extraordinária ("RTE") está prevista nos contratos de concessão das distribuidoras sendo permitido que a Aneel revise suas tarifas quando houver um desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos resultante de alterações nos custos não gerenciáveis das concessionárias, tais como custos de compra de energia e encargos. Esse reajuste tem por finalidade cobrir os custos do setor elétrico decorrentes da aquisição da energia comprada para revenda, da elevação da tarifa de Itaipu Binacional e da revisão das quotas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

(vi) Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, foi instituído o mecanismo de bandeiras tarifárias, após testes realizados nos anos de 2013 e 2014, com a finalidade de sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica das permissionárias de distribuição, por meio da cobrança de valor adicional na Tarifa de Energia.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado pelas bandeiras verde, amarela e vermelha que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. A bandeira verde, indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário, e as bandeiras amarela e vermelha, indicam condições menos favoráveis e críticas de geração de energia, resultando em adicionais à Tarifa de Energia.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O repasse dos recursos provenientes do faturamento das Bandeiras Tarifárias será realizado pelas distribuidoras à Conta Centralizadora, administrada pela CCEE, e os recursos disponíveis nessa conta serão repassados mensalmente às distribuidoras, considerando os custos realizados da geração de energia por fonte termelétrica e das exposições ao mercado de curto prazo.

Os valores vigentes, a partir de 1º de março de 2015, para mecanismo das bandeiras tarifárias correspondem a R\$2,50/100kWh para Bandeira Amarela e R\$ 5,50/100kWh para a bandeira vermelha.

(vii) Repasses de recursos da CDE e da Conta ACR

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada originalmente pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, visando o desenvolvimento energético dos estados.

A CDE tem como finalidade promover a universalização do serviço de energia elétrica; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa dos consumidores Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da Medida Provisória nº 605, vigente no período de 23 de janeiro a 3 de junho de 2013, a CDE teve seu rol de destinações ampliado, quais sejam: prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica (na vigência da MP 605/2013); e prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição (na vigência da MP nº 605/2013).

Em caráter excepcional, visando atenuar os efeitos da conjuntura hidrológica desfavorável, diante das medidas empreendidas pelo Governo Federal em prol da modicidade tarifária, foi publicado o Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, que introduziu novas alterações nos instrumentos de repasse de recursos da CDE. Assim, a CDE passou a prover ainda: recursos para o risco hidrológico, exposição involuntária, ESS por segurança energética e o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, de que trata a Portaria Interministerial nº MME/MF nº 25/2002, relativo ao ESS e à energia comprada para revenda (CVA Energia e CVA ESS). Esse repasse terá apuração anual, nos processos de reajuste e revisão tarifária das concessionárias de distribuição realizada no período de março de 2013 a fevereiro de 2014.

Sendo assim, a Resolução Homologatória 1.589/2013 que reajustou as tarifas da CEB Distribuição S.A., estabeleceu também, um valor mensal correspondente a R\$ 1.763 a ser repassado pela Eletrobrás à Companhia, no período de competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em 19 de agosto de 2014, a Resolução Homologatória nº 1.779/2014 reajustou as tarifas da CEB Distribuição S.A., estabeleceu também um valor mensal correspondente a R\$ 2.574 a ser repassado à empresa pela Eletrobrás, no período de competência de agosto de 2014 a julho de 2015, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Adicionalmente, em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoeletrica através de contratos por disponibilidade além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014. O decreto define que caberá à CCEE contratar operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

A CONTA-ACR foi criada por meio do Decreto nº 8.221/2014 e regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 612/2014. Ela tem por finalidade cobrir os custos adicionais das distribuidoras de energia elétrica pela exposição involuntária no mercado de curto prazo e pelo despacho termelétrico dos contratos por disponibilidade.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é a responsável pela gestão dessa conta e pela contratação das operações de crédito, além de assegurar o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Tais operações custearão as despesas de fevereiro até dezembro de 2014. Também cabe à CCEE prestar as garantias necessárias aos credores das operações de crédito, incluindo cessão fiduciária dos direitos creditórios e do saldo da Conta - ACR.

O recolhimento dos valores repassados pela União será realizado por meio de quotas da CDE, a partir dos processos tarifários de 2015, com atualização do IPCA.

(viii) Prorrogação da concessão

O Contrato de Concessão da Companhia nº 066/1999 - ANEEL foi celebrado com a ANEEL (representando o Poder Concedente) em 26 de agosto de 1999 e tem vigência até 7 de julho de 2015. Nele está prevista a possibilidade de renovação por mais vinte anos, desde que subordinada ao interesse público e que o pedido fosse apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo contratual, ou seja, até 7 de julho de 2012.

Em 29 de junho de 2012, a CEB D protocolou na ANEEL sob o nº 48513.022210/2012-00 o requerimento de prorrogação de Concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, anexando, para tanto, os comprovantes de regularidade e adimplemento, conforme exigência contratual vigente.

Nos termos da Medida Provisória nº 579 de 12 de setembro de 2012 e do Decreto nº 7.805 de 17 de setembro de 2012, em 5 de outubro de 2012 a CEB D ratificou, protocolo ANEEL nº 48513.033465/2012-00, o pedido de prorrogação da concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal por um período adicional de 30 (trinta) anos.

Em 11 de janeiro de 2013, a Medida Provisória foi convertida na Lei 12.783, entre outros, “dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária” e no Capítulo II trata “DA PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA”. Especificamente o Art. 7º estabelece a possibilidade de prorrogação das concessões, entre outras, as de distribuição de energia elétrica (a critério do poder concedente) por uma única vez pelo prazo de até 30 (trinta) anos.

Em 17 de janeiro de 2014, a ANEEL manifestou-se sobre o requerimento de prorrogação dos Contratos de Concessões vincendos em 2015 e 2017 informando que, dentro de sua competência regulatória, realiza a análise

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dos requerimentos de prorrogação das concessões de distribuição, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação ou a rejeição de tais pedidos.

Conforme consta no Contrato de Concessão, na análise do pedido de prorrogação, a ANEEL levará em consideração todas as informações sobre o serviço público de distribuição de energia elétrica prestado, devendo aprovar ou rejeitar o pleito dentro do prazo acima previsto. O deferimento do pedido levará em consideração o cumprimento dos requisitos de serviço adequado, por parte da concessionária, conforme relatórios técnicos fundamentados, emitidos pela fiscalização da ANEEL.

Sobre esse aspecto, a Distribuidora encaminhou as seguintes providências:

- a) O Contrato de Concessão Nº 066/1999-ANEEL foi celebrado pela CEB com o Poder Concedente, em 26/8/1999, e tem vigência até 7 de julho de 2015. Nele, está prevista a possibilidade de prorrogação por mais vinte anos, desde que subordinada ao interesse público e que o pedido seja apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo contratual, ou seja, até 7 de julho de 2012.
- b) Em 29 de junho de 2012, por meio da Carta Nº 267/2012-DD, a CEB Distribuição S.A. protocolou na ANEEL, sob o Nº 48513.022210/2012-00, o requerimento de prorrogação da concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, anexando, para tanto, os comprovantes de regularidade e adimplemento, conforme exigência contratual vigente.
- c) Nos termos da MP Nº 579 e do Decreto Nº 7.805/2012, em 5 de outubro de 2012, por intermédio da Carta Nº 367/2012-DD, sob o protocolo da ANEEL de Nº 48513.033465/2012-00, a CEB Distribuição S.A. ratificou o pedido de prorrogação da concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, por um período adicional de 30 (trinta) anos, formulado originalmente pela Carta Nº 267/2012-DD. Conforme exigido no Art. 2º do Decreto Nº 7.805/2012, também foram entregues por essa carta, os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista e setorial, assim como de qualificação jurídica, econômico-financeira e técnica.
- d) A Lei Nº 12.783/2013, em seu Art. 8º estabelece que as concessões que não forem prorrogadas, nos termos da lei, serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 (trinta) anos. O cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base, a metodologia de valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente. Além dessa previsão do cálculo da reversão, foi incluído pela ANEEL, dispositivo de garantia de que, valores registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e outros itens financeiros, também façam parte do referido cálculo de reversão, quando da extinção da concessão.
- e) Visando a adequação da prestação de serviço de distribuição para a pretendida prorrogação da concessão, a CEB Distribuição S.A., em conjunto com a ANEEL, elaborou diagnóstico da atual situação da qualidade do serviço e do atendimento, bem como da sustentabilidade econômico-financeira da concessão. Em atenção à solicitação da ANEEL, a Distribuidora está elaborando um Plano de Resultados, com o objetivo de explicitar as ações necessárias à adoção de medidas de curto e médio prazos, para o restabelecimento da qualidade do serviço, contemplando os seguintes aspectos: Indicadores de Continuidade; Plano de Gerenciamento da Gestão; Obras - PDD; Reclamações e IASC; Segurança do Trabalho e da População; e Situação Econômico-Financeira.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Destaque-se que a CEB Distribuição S.A. já manifestou sua determinação em realizar as ações que estão sendo planejadas, com a expectativa de que o mencionado PLANO possibilite a adequação da prestação do serviço pela Empresa. No que diz respeito à sustentabilidade econômico-financeira, será adotado padrão utilizado pelo mercado de no máximo 3(três) vezes a relação entre a dívida líquida e a geração de caixa (dívida líquida/EBITDA). Para o indicador de capacidade financeira (cumprimento das obrigações assumidas relativas às despesas operacionais, investimentos e juros da dívida), será utilizada a referência da ANEEL, que corresponde a no máximo sete vezes a relação entre a dívida líquida/(EBITDA – CAPEX).

No entanto, as regras para prorrogação da concessão das distribuidoras de energia elétrica ainda estão em fase de elaboração, mas já é certo que as concessionárias terão que cumprir um plano de recuperação, de modo a alcançar referências estabelecidas pela Agência, tanto no que se refere aos índices da situação econômico-financeira, assim como quanto à qualidade do serviço prestado, por meio dos indicadores DEC e FEC, que atualmente encontram-se fora dos padrões exigidos pela ANEEL.

(ix) Terceiro termo aditivo ao Contrato de Concessão

Em 10 de dezembro de 2014, foi celebrado com a União, por intermédio da ANEEL, o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 066/1999-ANEEL, cujo objeto é a inclusão de dispositivo de garantia de que valores registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e outros itens financeiros sejam incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão, correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados.

Destaca-se que esse Aditivo foi condição imprescindível para que os ativos e passivos resultantes de variações da Parcela A sejam registrados como ativos financeiros no âmbito da contabilidade societária.

- **CEB Geração S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.

(i) Medida Provisória nº 579/12 convertida na Lei nº 12.783/13 e Decreto Lei nº 7.805/12 – Prorrogação da concessão

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais, publicou a Medida Provisória nº 579 ("MP 579"). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Lei nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação das suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Para as concessionárias de geração, as principais condições referem-se à mudança para um regime tarifário, com revisões periódicas e quando da renovação haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador. A remuneração dos geradores pela operação e manutenção, deverá ser definida em normatização específica que será elaborada pela ANEEL.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme noticiado pelo Governo, essa medida reduziria as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- a) eliminação dos encargos setoriais RGR e CCC e redução da CDE, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7%; e
- b) definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

A subsidiária integral CEB Geração S.A., possui 2 (duas) concessões de geração de energia, conforme descrito a seguir:

- a) UTE Brasília, outorgada pela Portaria do Ministério de Minas Energia - MME no. 255, e termo final da concessão em 7/7/2015. Para essa concessão, a Companhia apresentou à ANEEL, no dia 29 de junho de 2012, requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica, conforme Subcláusula Primeira e Segunda da CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato de Concessão nº 65/1999 ANEEL. A Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração da ANEEL, no dia 28 de agosto de 2012, negou o pedido de prorrogação, alegando não haver nos termos da legislação vigente, possibilidade de uma segunda prorrogação, solicitando arquivamento do pedido. Para atendimento à Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012 essa concessão, a Companhia apresentou à ANEEL, no dia 15 de outubro de 2012, o pedido de ratificação da prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, a Companhia comunicou aos acionistas da Companhia Energética de Brasília – CEB e aos demais segmentos do mercado de capitais, que a subsidiária integral CEB Geração S.A. protocolou no dia 15 de outubro de 2012, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a ratificação do pedido de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público relativo à Usina Termelétrica de Brasília, conforme consta na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012 e na aprovação na 35ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Geração S.A.

- b) UHE Paranoá, outorgada pelo Decreto no. 65.664, de 29/10/69 e prorrogada pela Portaria MME no. 255, e termo final da concessão em 29 de outubro de 2019. Para essa concessão, a Companhia apresentou à ANEEL, no dia 24 de outubro de 2014, requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Hidroelétrica do Paranoá, nos termos da Lei nº. 12.783/2013 e Despacho ANEEL nº. 3.065/2012.

- **CEB Participações S.A. – CEBPar** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG-CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- **CEB Lajeado S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) do total das ações, representada por ações preferenciais.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da INVESTCO S.A, sobre este capital a CEB Lajeado S.A detém 20% de participação.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- **Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS** – sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital no. 2.518, de 10 de janeiro de 2000, e tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia também:

- efetuará a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

A CEBGAS entrou em operação em 8 de novembro de 2007, através do suprimento de GNL (Gás Natural Liquefeito), proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia Energética de Brasília – CEB é controladora da CEBGÁS com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

(b) Controlada em conjunto

- **Energética Corumbá III S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25,0% das ações ordinárias e 50,0% das ações preferenciais.

(c) Coligada

- **Corumbá Concessões S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A participação do Grupo no capital social da empresa é de 47,57% (47,57% em 31/12/2014), sendo 45,21% (45,21% em 31/12/2014) de propriedade da CEB e 2,36% (2,36% em 31/12/2014) de propriedade da CEB Participações S.A..

(i) Ressarcimento e perdas e danos

Em dezembro de 2006, o fornecedor e acionista Serveng-Civilsan S.A. (“Serveng”) requereu o reconhecimento de compensação por perdas e danos nos contratos de obras gerado por atrasos no recebimento das faturas no montante de R\$ 31.416, sendo recalculado e atualizado para dezembro de 2009 em cerca de R\$ 71.086. Foi ainda apresentado em julho de 2009 uma complementação desse montante, relativo à correção e juros de mora também gerados pelos atrasos nos pagamentos das faturas que, em valores recalculados para dezembro de 2009, totalizavam R\$ 51.515. Este último deve ser somado ao primeiro valor pleiteado de perdas e danos, totalizando portanto R\$ 122.601 em 31 de dezembro de 2009.

Em 16 de dezembro de 2010, a Serveng, dando continuidade à sua demanda, instaurou o procedimento arbitral junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP, de forma que fosse dado andamento ao seu pleito no valor de R\$180.542 nesse momento.

Em 23 de julho de 2014 o Tribunal Arbitral deu conhecimento da sentença às partes, reconhecendo a procedência do pleito formulado pela Serveng, para condenar a Corumbá Concessões S.A. ao pagamento do valor de R\$118.254, atualizado para data de 30 de junho de 2014, a ser pago no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da intimação da sentença, sendo estabelecido ainda que nesse período incidirão juros de 1% a.m. (simples) e correção monetária pelo índice IGP-M. A Corumbá Concessões S.A. pediu esclarecimentos adicionais à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP porém o mesmo manteve sua decisão.

Desta forma, por meio da referida sentença arbitral deu-se liquidez aos valores devidos pela Corumbá Concessões S.A. à Serveng a título de ressarcimento e de perdas e danos decorrentes dos atrasos nos pagamentos das faturas contratuais, sendo reconhecido integralmente como despesa em 2014.

Assim, o valor do pleito atualizado pelo IGP-M até agosto de 2014 era no valor de R\$230.897, por quanto que a sentença arbitral que condenou a Corumbá Concessões S.A a pagar a Serveng R\$118.253.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após tomar ciência da manutenção da condenação, foi realizada em 13 de outubro de 2014 a 2ª Reunião do Conselho de Administração - RECA da Corumbá Concessões S.A, na qual os conselheiros, levando em consideração os pareceres do jurídico e da diretoria da Corumbá Concessões S.A e parecer de Procurador do Distrito Federal, deliberaram por unanimidade, acatar a referida decisão arbitral, orientando a Corumbá Concessões S.A a quitar tal obrigação o mais rapidamente possível, aprovando ainda alavancagem financeira com este fim.

Ao mesmo tempo em que foi reconhecida pelo Conselho de Administração a dívida consolidada na sentença arbitral, foi também solicitado pelos conselheiros representantes das acionistas públicas (CEB, CAESB e TERRACAP) junto à Serveng um desconto de R\$5.000 a ser abatido do valor final da dívida ao tempo do efetivo pagamento.

(ii) 2ª emissão de Debêntures

A 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações da Corumbá Concessões S.A, é dividida em duas séries, uma Primeira Série da espécie quirografária com garantia fidejussória e real adicionais, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional; enquanto as Debêntures da Segunda Série serão da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, cuja emissão foi aprovada na 1ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2014.

As Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação no montante total da Emissão, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”). Como banco liquidante e escriturador/mandatário o Bradesco S/A.

Características da emissão:

- Valor Nominal Unitário: R\$ 500.000 (Quinhentos mil reais);
- Quantidade de Debêntures: 963 (Novecentas e sessenta e três) Debêntures, sendo 540 (Quinhentas e quarenta) debêntures relativas à primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e 423 (Quatrocentas e vinte e três) Debêntures relativas à segunda série (“Debêntures da Segunda Série”);
- Séries: A Emissão foi realizada em 02 (duas) séries;
- Remuneração: equivalente a 128,0% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo (Taxa DI-Over);
- Valor Total da Oferta Restrita: R\$ 481.500 (Quatrocentos e oitenta e um milhões e quinhentos mil reais);
- Data de Emissão: 19 de dezembro de 2014;
- Data de Integralização: 19 de dezembro de 2014;
- Forma de Integralização: A integralização foi realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional por meio de procedimentos do Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”);
- Prazo de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos, contados da data de emissão;
- Data de Vencimento: 19 de dezembro de 2022;
- Banco Escriturador e Mandatário: Banco Bradesco S.A.;

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Coordenadores Líderes: Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”).
- Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
- Código CETIP: Série 1 (“CRUM 12”) e Série 2 (“CRUM 22”)

Destinação dos recursos: Os recursos captados com a Emissão foram utilizados para amortização de dívidas da Companhia, incluindo dívidas bancárias BNDES/BB e debêntures 1ª emissão) e de processos judiciais e reforço do capital de giro.

- **Investco** (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – Empresa de capital aberto que tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). A CEB detém através de sua controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias, 20,0% de ações preferenciais classe R, 6,02% de ações preferenciais classe A e 20% de ações preferenciais classe B.

A Investco, juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

(d) Outras Participações

- **BSB Energética S.A.** – Sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,00% do capital social da BSB Energética S.A.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Concessões das operações

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
Distribuição			
CEB Distribuição S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
Geração			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
Outros			
Companhia Brasiliense de Gás S/A - CEBGÁS	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de Preparação

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 31 de março de 2015 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e também de acordo com IFRS e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, arquivadas em 27 de março de 2015, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 23 de dezembro de 2014 foram emitidas alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 35 - Demonstrações Separadas em função de alterações feitas na IAS 27 - Separate Financial Statements pelo IASB, com a inclusão da possibilidade da adoção do método da equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas e consequentes alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais passaram a estar em conformidade com as IFRSs a partir de 2014, em virtude de já adotar o método da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos em controladas, em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas Informações Contábeis Intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 13 de maio de 2015.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 31 de março de 2015, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

2.3 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

No trimestre findo em 31 de março de 2015, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas além daquelas divulgadas na Nota 2.27 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as informações contábeis intermediárias do referido período.

3 RECLASSIFICAÇÕES NA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DE 31/03/2014

A Companhia realizou reclassificação de alguns saldos na Demonstração do Valor Adicionado para atender às disposições de alocações de saldos dos itens 14 e 15 do CPC 09. Estas reclassificações envolveram os subgrupos de Insumos Adquiridos de Terceiros, Empregados e Impostos, Taxas e Contribuições. As reclassificações não afetaram os saldos do Valor Adicionado a Distribuir e da Distribuição do Valor Adicionado. A Demonstração do Valor Adicionado de 31 de março de 2014 com as respectivas reclassificações estão apresentadas abaixo:

	31/03/2014 Divulgado	Controladora			31/03/2014 Reapresentado
		Empregados	Reclassificações INSS Empregador	PIS/COFINS não Cumulativos	
Receitas	15.416				15.416
Venda de Energia e Serviços	15.416				15.416
Insumos Adquiridos de Terceiros	(11.628)			(1.177)	(12.805)
Serviços de Terceiros	(10.141)			(1.177)	(11.318)
Material	(1.943)				(1.943)
Provisões/Reversões	13				13

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				
	31/03/2014 Divulgado	Reclassificações			31/03/2014 Reapresentado
		Empregados	INSS Empregador	PIS/COFINS não Cumulativos	
Outros	443				443
Valor Adicionado Bruto	3.788			(1.177)	2.611
Retenções	(37)				(37)
Depreciação e Amortização	(37)				(37)
Valor Adicionado Líquido Produzido	3.751			(1.177)	2.574
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(73.068)				(73.068)
Receitas Financeiras	138				138
Resultado de Equivalência Patrimonial	(73.206)				(73.206)
Valor Adicionado Total a Distribuir	(69.317)			(1.177)	(70.494)
Distribuição do Valor Adicionado	(69.317)			(1.177)	(70.494)
Empregados	2.813		(99)		2.714
Salários e Encargos	2.799	(2.700)	(99)		
Remunerações		2.680			2.680
FGTS		20			20
Benefícios Sociais	14				14
Impostos, Taxas e Contribuições	1.850		99	(1.177)	772
Federal	1.541		99	(1.177)	463
Estadual e Municipal	309				309
Remuneração de Capitais de Terceiros	551				551
Aluguéis	531				531
Despesas Financeiras	20				20
Remuneração de Capitais Próprios	(74.531)				(74.531)
Prejuízo Retido	(74.531)				(74.531)

	Consolidado				
	31/03/2014 Divulgado	Reclassificações			31/03/2014 Reapresentado
		Empregados	INSS Empregador	PIS/COFINS não Cumulativos	
Receitas	562.039				562.039
Venda de Energia e Serviços	528.427				528.427
Receita de Construção de Ativos Próprios	37.766				37.766
(Prov.)/Rev. de Estimativa de Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.521)				(6.521)
Receita de Alienação de Ativo Imobilizado	(11)				(11)
Outras Receitas	2.378				2.378
Insumos Adquiridos de Terceiros	(402.379)			(36.816)	(439.195)
Custos com Serviço de Energia Elétrica	(309.062)			(34.609)	(343.671)
Custos de Construção	(37.766)				(37.766)
Serviços de Terceiros	(40.910)			(1.177)	(42.087)
Material	(3.297)				(3.297)
Provisões/Reversões	3.531				3.531
Outros	(14.875)			(1.030)	(15.905)
Valor Adicionado Bruto	159.660			(36.816)	122.844
Retenções	(13.537)				(13.537)
Depreciação e Amortização	(13.537)				(13.537)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2014 Divulgado	Consolidado			31/03/2014 Reapresentado
		Reclassificações			
		Empregados	INSS Empregador	PIS/COFINS não Cumulativos	
Valor Adicionado Líquido Produzido	146.123			(36.816)	109.307
Valor Adicionado Recebido em Transferência	17.466				17.466
Receitas Financeiras	9.633				9.633
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.833				7.833
Valor Adicionado Total a Distribuir	163.589			(36.816)	126.773
Distribuição do Valor Adicionado	163.589			(36.816)	126.773
Empregados	49.233		(4.622)		44.611
Salários e Encargos	35.893	(31.271)	(4.622)		0
Remunerações		29.799			29.799
FGTS		1.471			1.471
Benefícios Sociais	13.340				13.340
Impostos, Taxas e Contribuições	161.850		4.622	(36.816)	129.656
Federal	67.489		4.622	(36.816)	35.295
Estadual e Municipal	94.361				94.361
Remuneração de Capitais de Terceiros	22.902				22.902
Aluguéis	10.259				10.259
Despesas Financeiras	12.643				12.643
Remuneração de Capitais Próprios	(70.396)				(70.396)
Participação dos Acionistas Não Controladores	4.135				4.135
Prejuízo Retido	(74.531)				(74.531)

As justificativas para as reclassificações são apresentadas a seguir:

Empregados: As reclassificações ocorreram para uma melhor apresentação das informações e para ajusta-las às orientações da norma. Além das alterações nas descrições das rubricas, também foi realizada a reclassificação do valor do INSS empregador para o grupo de Impostos, Taxas e Contribuições para agrega-lo ao valor dos tributos federais, que é o local devido para sua apresentação;

INSS Empregados: A reclassificação foi realizada para atender as recomendações do item 15 do CPC 09, que diz que o valor deste gasto deve ser alocado ao grupo de Impostos, Taxas e Contribuições na rubrica de Tributos Federais;

PIS/COFINS não cumulativo: A reclassificação faz com que os valores dos Custos com Serviços de Energia Elétrica, Serviços de Terceiros e Outros, que estavam apresentados pelos valores líquidos das contribuições para PIS/COFINS, sejam apresentados pelos valores brutos, diferentes dos valores apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício. A reclassificação dos valores atende às determinações do item 14 do CPC 09. Segundo este item, “os valores consumidos devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), recuperáveis ou não. Esse procedimento é diferente das práticas utilizadas na demonstração do resultado.”

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

4.1 Fatores de Risco

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de Crédito

A controlada CEB D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária bem como o Grupo apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A CEB D possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

Demais controladas e coligadas e controladas em conjunto – São empresas que possuem como principal cliente a CEB D. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

(b) Risco de Liquidez

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações contábeis dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5
Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)						
Fornecedores	453.358	394.421	58.937			
Empréstimos e Financiamentos	325.727	38.179	36.796	43.753	134.467	72.532
Total	779.085	432.600	95.733	43.753	134.467	72.532

(c) Risco de Taxa de Juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 6 e 19, respectivamente.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c1) Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP, IGPM e UMBNDES. A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2016, as taxas CDI e IGP-M atinjam um patamar de 11,75% e 5,46%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco central do Brasil de 10 de abril de 2015 (Média Curto Prazo – Top 5). No caso da TJLP atribuímos que permaneça a mesma taxa de 5,5% a.a., determinada para o primeiro trimestre de 2015, pela Resolução nº 4.398 do BACEN, de 19 de dezembro de 2014, que não foi alterada. Assim, também, espera-se que a taxa de 4,096% da UMBNDES se mantenha estável para os próximos trimestres de 2015. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Possível	Remoto
CDI	14,69%	17,63%
TJLP	6,88%	8,25%
IGPM	6,83%	8,19%
UMBNDDES	6,49%	7,51%

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		11,75%	14,69%	17,63%
Efeito da Variação do CDI	142.716	159.485	163.677	167.870
		(16.769)	(20.961)	(25.154)
Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		12,52%	15,65%	18,78%
Efeito da Variação do CDI	128.854	144.987	149.020	153.053
		(16.133)	(20.166)	(24.199)

Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,50%	6,88%	8,25%
Efeito da Variação da TJLP	113.505	119.748	121.308	122.869
		(6.243)	(7.803)	(9.364)
Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,50%	6,88%	8,25%
Efeito da Variação da TJLP	119.629	126.209	127.853	129.498
		(6.580)	(8.224)	(9.869)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,46%	6,83%	8,19%
Efeito da Variação do IGPM	20.766	21.900	22.183	22.467
		(1.134)	(1.417)	(1.701)
Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,71%	7,14%	8,57%
Efeito da Variação do IGPM	24.659	26.067	26.419	26.771
		(1.408)	(1.760)	(2.112)

Alta do UMBNDES	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		4,10%	6,49%	7,51%
Efeito da Variação do UMBNDES	16.745	17.432	17.831	18.003
		(687)	(1.086)	(1.258)
Alta do UMBNDES	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		4,10%	6,49%	7,51%
Efeito da Variação do UMBNDES	14.391	14.981	15.324	15.472
		(590)	(933)	(1.081)

Impactos no Resultado	31/03/2015	31/12/2014
Cenário Possível - Cenário Provável		
CDI	(4.192)	(4.033)
TJLP	(1.561)	(1.645)
IGPM	(283)	(352)
UMBNDDES	(400)	(379)
Cenário Remoto - Cenário Provável		
CDI	(8.385)	(8.066)
TJLP	(3.121)	(3.290)
IGPM	(567)	(704)
UMBNDDES	(571)	(527)

(d) Risco Cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB D está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares estadunidenses.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela “A”, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da Distribuidora, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (hedge) para as variações cambiais. Observa-se que não há

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia e sua controlada CEB D desenvolveram análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário cambial.

Em 31 de março de 2015, a Administração estimou em um cenário provável que o valor de um dólar americano em 31 de março de 2016 será de R\$ 3,2601 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 31 de março de 2016 com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro (Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 10 de abril de 2015 (Média de Curto Prazo – Top 5)). Por se tratar de uma análise de sensibilidade o impacto no resultado para os próximos 12 meses, foi considerado o saldo da dívida em 31 de março de 2015. Ressaltar-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 31 de março de 2015.

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	3,2601	3,2600	4,0750	4,8900
	140.090	140.086	175.107	210.129
Efeito da Variação do Dólar		4	(35.017)	(70.039)
Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	2,6556	2,8700	3,5875	4,3050
	58.448	63.167	78.959	94.750
Efeito da Variação do Dólar		(4.719)	(20.511)	(36.302)
Impactos no Resultado		31/03/2015	31/12/2014	
Cenário Possível - Cenário Provável				
Dólar			(35.021)	(15.792)
Cenário Remoto - Cenário Provável				
Dólar			(70.043)	(31.583)

Faz-se imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

(e) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de suas controladas e coligadas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de Capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas precisam aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	31/03/2015	31/12/2014
Total dos empréstimos (Nota 19)	325.727	321.111
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(75.560)	(66.006)
Dívida líquida	250.167	255.105
Total do patrimônio líquido	112.251	177.084
Total do capital	362.418	432.189
Índice de alavancagem financeira - %	69,03	59,03

4.3 Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros do Grupo estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos de Crédito a Receber, Contas a Receber, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações Societárias, Benefícios Pós-Emprego e Encargos Regulatórios, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

(i) Classificação

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações Financeiras registradas em caixa e o equivalentes de caixa (Nota 5).

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

O Grupo tem a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos mantidos até o vencimento que encontravam-se classificados neste grupo até 31 de dezembro de 2014, eram compostos de Títulos de Créditos a Receber (Nota 9).

(c) Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota 5), Contas a receber (Nota 6), e Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiro (Nota 8).

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

O Grupo classificou o ativo financeiro indenizável da concessão dentro da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 11).

(e) Passivos financeiros

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos e Financiamentos (Nota 19), Fornecedores (Nota 15), Encargos Regulatórios (Nota 18) e Obrigações Societárias.

(ii) Reconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou suas controladas e coligadas tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non-performance risk*”), incluindo o próprio crédito

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de março de 2015 e 31 dezembro 2014.

A seguir, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/03/2015			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	2.174	2.174	30.382	30.382
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	12	12	45.178	45.178
Contas a Receber	Custo Amortizado		57.153	57.153	487.782	487.782
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				346.130	346.130
Mantidos até o Vencimento						
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.143	1.143
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			854.444	854.444
Passivos Financeiros						

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/03/2015			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		4.784	4.784	453.358	453.358
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				325.727	325.727
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		18.691	18.691	30.433	30.433
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				230.348	230.348

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2014			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	7.163	7.163	37.474	37.474
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	14	14	28.532	28.532
Contas a Receber	Custo Amortizado		56.059	56.059	448.907	448.907
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				277.575	277.575
Mantidos até o Vencimento						
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.146	1.146
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			841.273	841.273
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		7.857	7.857	390.327	390.327
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				321.111	321.111
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		18.692	18.692	30.322	30.322
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				186.935	186.935

5 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Caixa e Bancos conta Movimento	12	14	45.178	28.532
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	2.174	7.163	30.382	37.474
Total	2.186	7.177	75.560	66.006

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e a remuneração de 97,00% do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 CONTAS A RECEBER

(a) Composição das contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			479.894	432.945
Títulos de Créditos a Receber			27.161	29.663
Serviços Prestados a Terceiros	77.643	76.345	83.387	82.531
Total a Receber Bruto	77.643	76.345	590.442	545.139
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.490)	(20.286)	(102.660)	(96.232)
Total a Receber Líquido	57.153	56.059	487.782	448.907
Circulante	57.153	56.059	479.979	441.174
Não Circulante			7.803	7.733

(b) Valores a receber por idade de vencimento

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31/03/2015	Total 31/12/2014
Classes de Consumidor					
Residencial	56.726	39.308	14.001	110.035	88.301
Poder Público	15.063	15.225	55.421	85.709	72.691
Comércio, Serviços e Outros	40.523	22.912	21.303	84.738	69.722
Iluminação Pública	12.109	17.851	24.829	54.789	39.857
Serviço Público	14.913	1.471	3.932	20.316	16.463
Industrial	3.683	1.712	1.863	7.258	7.112
Rural	2.098	1.418	1.476	4.992	4.426
Subtotal Consumidores	145.115	99.897	122.825	367.837	298.572
Fornecimento Não Faturado				105.835	91.121
Serviços Prestados a Terceiros Não Faturado (Serviço de IP)				4.094	719
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE				36.417	57.535
Serviços Prestados a Terceiros (Serviço de IP)				73.549	75.626
Acordo CAESB (Nota 6e)				2.295	3.958
Concessionárias e Permissionárias	4.837		34	4.871	4.578
Parcelamentos a Faturar CP e LP				13.386	15.000
Serviço Taxado	436	300	389	1.125	1.175
Outros				180	1.262
Arrecadação a Classificar				(19.147)	(4.407)
TOTAL	150.390	100.197	123.247	590.442	545.139
Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa				(102.660)	(96.232)
Contas a receber líquido	150.390	100.197	123.247	487.782	448.907

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. A base de constituição da estimativa engloba os recebíveis faturados até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	20.490	20.286	52.800	49.967
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias			24.045	24.233
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias			14.277	11.763
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias			9.812	8.324
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias			831	835
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias			579	581
Rural - Vencidos há mais de 360 dias			316	445
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias				84
Total	20.490	20.286	102.660	96.232

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434, que em seu art. 3º autoriza o Poder Executivo a transferir à CEB, como dação em pagamento de dívidas advindas da execução de obras de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal os terrenos localizados na Quadra 1 do Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília e na Quadra QI 16 do Setor de Indústria de Ceilândia.

O § 1º do art. 3º da referida Lei reserva os terrenos exclusivamente para essa finalidade. Esses terrenos serão objeto de avaliação, e para que a operação seja finalizada e a CEB receba os terrenos, será necessário que a Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento adote medidas administrativas necessárias à transferência à CEB dos terrenos de que trata esta Lei.

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em dezembro de 2013	18.894	44.834
Adições	1.392	71.539
Baixa para perda - Lei 9.430/96		(19.219)
Reversões		(922)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	20.286	96.232
Adições	204	12.135
Baixa para perda - Lei 9.430/96		(5.707)
Saldo em 31 de março de 2015	20.490	102.660

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Em 25 de setembro de 2014, o Grupo de Trabalho – GT foi instituído pelo Decreto nº 35.848, que objetivou a proposição de medidas suplementares necessárias à operacionalização normal da CEB D, dentre elas a liquidação dos débitos do GDF relativos ao consumo de energia elétrica.

Iniciou-se um processo de negociação com o controlador, o Governo do Distrito Federal, com o objetivo de constituir um mecanismo para a liquidação definitiva da dívida de consumo de energia elétrica de órgãos e entidades da administração pública distrital. No entanto permaneceu a incerteza quanto ao prazo final de conclusão das medidas administrativas a serem implementadas tendo em vista que o GDF encaminhará projeto de lei requerendo autorização legislativa para proceder-se à transação de encontro de contas entre os passivos, incluindo os débitos com a CEB D.

Neste sentido, por indicação do GT, a Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considerou necessária a constituição de provisão para perdas no montante de R\$ 49.092 (R\$ 46.312 em 31/12/2014) de valores vencidos há mais de 360 dias.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal cujo valor total monta a R\$ 140.325 em 31 de março de 2015 (R\$ 116.002 em 2014) compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Saldos Vincendos	4.106	4.182	36.701	26.143
Vencidos até 90 dias	5.671	23.001	33.635	49.217
Vencidos de 91 a 360 dias	47.376	28.875	69.989	40.641
Vencidos há mais de 360 dias	20.490	20.287	69.582	66.599
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.490)	(20.286)	(69.582)	(66.598)
Total	57.153	56.059	140.325	116.002

Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item (e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal não estão incluídos no quadro acima.

(e) Acordo realizado com a Companhia de Água e Esgoto de Brasília - CAESB

Em agosto de 2011, a CEB D celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos créditos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB, relativos a encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor dos créditos reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$ 28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizadas pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir, o montante em 31 de março de 2015:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor original do débito	14.800
Encargos Financeiros	7.539
Valor dívida reconhecida	22.339
Encargos a transcorrer	5.898
Valor do parcelamento na data do Acordo	28.237
Amortização	(25.884)
Ajuste a Valor Presente	(58)
Valor do parcelamento em 31 de março de 2015	2.295
Circulante	2.295

O acordo celebrado com a CAESB não contemplou nenhum tipo de desconto sobre o valor original do contas a receber.

7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	7.721	8.382	13.212	15.231
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	783	764	5.552	7.681
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	32		104	163
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS			13.794	15.705
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS		5	96	101
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	63		2.907	2.830
Programa de Integração Social - PIS	387	387	407	409
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Outros			3.226	103
Total	9.530	10.082	39.842	42.767
Circulante	9.530	10.082	24.791	27.091
Não circulante			15.051	15.676

Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período e as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

(a) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A Companhia e sua Controlada CEB D não registram os efeitos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. Segue abaixo o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos em 31 de março de 2015:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Diferenças Temporárias				
Provisão para Riscos Regulatórios			20.802	20.259
Provisão para Riscos Cíveis			2.006	2.383
Provisão para Riscos Trabalhistas	13	13	3.135	3.017
Provisão para Riscos Tributários	2.781	2.781	2.781	2.781
Provisão de Energia de Curto Prazo			6.398	6.303
Provisão de Superávit de Baixa Renda			36.985	36.985
Provisão de Suprimento de Energia Elétrica			15.200	21.598
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados			724	1.001
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	6.943	6.873	35.252	33.066
Perda Atuarial dos Planos de Benefícios Pós-Emprego			14.586	14.330
Outras Provisões			15.202	4.251
Subtotal	9.737	9.667	153.071	145.974
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	34.718	34.718	97.273	97.273
Total	44.455	44.385	250.344	243.247

8 VALORES A RECEBER DE PARCELA “A” E OUTROS ITENS FINANCEIROS

Ativos Regulatórios - Parcela A	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Conta de Consumo de Combustível – CCC (a)	159	317
Transporte de Energia pela rede básica (a)	9.517	8.531
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (a)	8.893	4.289
PROINFA (a)	198	393
Custo de Aquisição de Energia (a)	232.932	181.117
Sobrecontratação (b)	221	455
Transporte Energia Elétrica Itaipu (a)	69	76
Outros Componentes Financeiros (b)	4.753	10.086
Diferimento de Tarifa (b)	141.552	138.738
Subtotal	398.294	344.002
Passivos Regulatórios - Parcela A		
Encargos de Serviços de Sistema (a)	47.613	57.692
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (a)	670	1.339
PROINFA (a)	573	269
Neutralidade (b)	1.599	3.296
Outros Componentes Financeiros (b)	1.709	3.831
Subtotal	52.164	66.427
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros, líquido	346.130	277.575
Circulante	346.130	138.837
Não Circulante		138.738

De acordo com o Contrato de Concessão nº 066/1999, o Reajuste Tarifário Anual – RTA ocorrerá dia 26 de agosto de 2015, o mecanismo RTA tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita, obtida por meio das tarifas praticadas pela concessionária.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita da concessionária de distribuição é composta por duas parcelas: a “Parcela A”, representada pelos custos não-gerenciáveis da empresa (encargos setoriais, encargos de transmissão e compra de energia para revenda), e a “Parcela B”, que agrega os custos gerenciáveis (despesas com operação e manutenção, despesas de capital). Na RTA, a Parcela A é totalmente recomposta de acordo com os custos vigentes naquele momento, enquanto a Parcela B é simplesmente atualizada pelo IGP-M – Fator X.

Os componentes tarifários financeiros não fazem parte da base tarifária econômica e se referem a valores a serem pagos ou recebidos pelos consumidores em cada período de 12 meses subsequentes aos reajustes ou revisões tarifárias, devidamente comprovados pela distribuidora. Dentre eles podemos citar:

- a) A CVA - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - foi criada por meio da Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25 de 24 de janeiro de 2002 (PI nº 25), que tem por objetivo registrar as variações observadas entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Seus valores são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Dentre os custos da Parcela A cobertos pela CVA temos:

- CVA Energia – Tem por objetivo registrar as diferenças incorridas entre o custo efetivo da compra de energia para atendimento do mercado da distribuidora e o custo tarifário homologado pela ANEEL no último reajuste tarifário. Em razão da crise energética atual, o custo com aquisição de energia elétrica demonstra-se superior ao previsto pela ANEEL, quando do reajuste tarifário em agosto de 2014.
- CVA Encargos – Nesse grupo encontra-se cobertura para os seguintes encargos: CDE, Proinfa, ESS, Transporte de Itaipu e Rede Básica.

b) Demais itens financeiros:

- Diferimento parcial dos Componentes Financeiros: Em 19/8/2014, por meio da Carta nº 221/2014-DD, o Governo do Distrito Federal solicitou junto a concessionária o diferimento parcial de 9% de seus componentes financeiros. O montante diferido deverá ser considerado como componente financeiro no cálculo dos próximos processos tarifários da CEB, atualizado pela variação do IGP-M.
- Despacho nº 4.282/2013 (Corumbá IV): Trata-se de valor a ser pago pela CEB D à Corumbá Concessões S/A, em virtude do Despacho nº 3.168/2013, cujos efeitos da obrigação de pagamento foram, para fins de repasse à tarifa dos consumidores da CEB D, considerados no processo tarifário da distribuidora.
- Ajuste Financeiro referente ao recálculo do RTA de 2013: Refere-se ao ajuste financeiro decorrente do recálculo do processo tarifário anterior, em razão de Pedido de Reconsideração interposto contra o reajuste da distribuidora de 2013. Conforme deliberação da Diretoria Colegiada da ANEEL, foi concedido provimento parcial ao recurso interposto pela concessionária.
- Diferencial Eletronuclear: Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletronuclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 - 1º Leilão e seu valor está

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sendo mensalmente pago pelas distribuidoras à Eletronuclear nos anos de 2013 a 2015, conforme parcelas homologadas pela REH nº 1.406/2012.

- Exposição de Submercados: Conforme dispõe o artigo 28 do Decreto nº 5.163/2004, as regras de comercialização prevêm mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem os CCEARs na modalidade de quantidade de energia.

9 DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Serviços em Curso (a)			31.237	30.225
Aportes da CDE – Decreto 7.945/2013 (d)			39.701	27.820
Desativações em Curso (b)			9.064	8.514
Dividendo/JSCP s a Receber	12.777	12.637	7.752	7.752
Previdência Privada dos Empregados			6.753	5.417
Despesas Pagas Antecipadamente	9	15	4.289	3.420
Crédito com Empregados	2	3	2.189	1.511
Títulos de Crédito a Receber (c)			1.143	1.146
Coligadas e Controladas	184	184		
Outros Créditos			2.968	3.112
Total	12.972	12.839	105.096	88.917
Circulante	12.788	12.655	103.319	86.976
Não Circulante	184	184	1.777	1.941

- a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- b) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente em serviço registrado na CEB-D, cujo valor dos itens, quando desativados, é classificado pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo órgão regulador.
- c) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferencias cumulativas e resgatáveis das classes “A” e “B”, emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.
- d) Refere-se à diferença mensal de receita - DMR, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE às unidades consumidoras da subclasse residencial baixa renda; e à subvenção da CDE para custear descontos tarifários.

10 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da controlada CEB D S.A, em atendimento ao convênio

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Também estão registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Bloqueios Judiciais	3.925	3.926	5.368	5.334
Cauções	673	727	5.045	9.656
Depósitos Recursais			5.163	5.215
(-) Provisão para Perdas de Depósitos Recursais			(6.301)	(6.320)
Total	4.598	4.653	9.275	13.885
Circulante			3.472	8.028
Não Circulante	4.598	4.653	5.803	5.857

11 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da Companhia e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a Companhia verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 31 de março de 2015, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) para o exercício findo em 31 de março de 2015 está assim apresentada:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldos em 31 de dezembro de 2013	729.119
Adições	103.799
Baixas	(4.399)
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	12.754
Saldos em 31 de dezembro de 2014	841.273
Adições	13.171
Saldos em 31 de março de 2015	854.444

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas. Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

12 INVESTIMENTOS

(a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Avaliados por Equivalência Patrimonial	346.449	410.832	379.979	377.469
Propriedade para Investimento (c)			276.115	276.115
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.232	3.232	3.232	3.232
Outros	1.759	1.759	1.759	1.759
Total	351.440	415.823	661.085	658.575

(b) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	
						31/03/2015	31/12/2014
CEB Distribuição S.A	580.532	38.199	100,00	100,00	350.532.450	38.199	103.749
CEB Lajeado S.A (i)	145.656	331.693	59,93	59,93	82.013.911	107.135	106.309
Corumbá Concessões S.A	235.259	192.747	45,20	9,30	256.009.911	87.144	88.160
Energética Corumbá III S.A	119.373	151.762	37,50	25,00	45.594.783	56.911	56.774
CEB Participações S.A	41.271	43.381	100,00	100,00	41.270.415	43.381	43.322
CEB Geração S.A	7.575	13.472	100,00	100,00	7.575.212	13.472	12.282
Companhia Brasileira de Gás - CEBGÁS	4.921	1.220	17,00	51,00	30.600	207	236
Total						346.449	410.832

(i) A diferença do investimento registrado na Companhia e o resultado da aplicação do percentual de 59,93% sobre o patrimônio líquido da CEB Lajeado, é devido ao registro no patrimônio líquido da CEB Lajeado de Partes Beneficiárias no valor de R\$ 151.225, emitidas a favor da ELETROBRÁS S.A, e que fez parte da negociação de reestruturação societária da Investco. As partes beneficiárias deverão ser convertidas em ações preferenciais ao final do período de concessão. A composição do investimento da Companhia na Controlada CEB Lajeado S.A é apresentada a seguir:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição do Patrimônio Líquido da CEB Lajeado S.A	Patrimônio Líquido	Investimento Registrado	Não Controlador
Capital Social	145.656	87.292	58.364
Reservas de Capital (Partes Beneficiárias)	151.225		151.225
Reservas de Lucros	13.953	8.178	5.775
Lucros Acumulados	1.476	825	650
Dividendos Adicionais Propostos	12.749	7.129	5.619
Reserva Especial para Dividendo Obrigatório não Distribuído	6.591	3.686	2.905
Ajuste de Avaliação Patrimonial	44	25	20
Total	331.694	107.135	224.558

Investidas	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB e Controladas	Valor Contábil	
						31/03/2015	31/12/2014
Corumbá Concessões S.A	235.259	192.747	47,57	9,30	269.294.911	91.665	92.577
Investco S.A	804.459	1.157.011	20,00	20,00	133.563.595	231.403	228.118
Energética Corumbá III S.A	119.373	151.762	37,50	25,00	45.594.783	56.911	56.774
Total						379.979	377.469

• Informações financeiras resumidas

Investidas	31/03/2015			31/12/2014		Receita Líquida 31/03/2014
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	
CEB Distribuição S.A	2.169.490	2.131.291	573.881	2.111.312	2.007.563	387.510
Corumbá Concessões S.A	754.182	561.435	35.884	764.359	569.361	35.227
CEB Lajeado S.A	374.495	42.801	28.926	373.949	43.731	29.400
Energética Corumbá III S.A	232.088	80.327	8.678	234.127	82.734	8.781
CEB Participações S.A	44.240	858	3.734	44.276	954	3.510
CEB Geração S.A	16.025	2.554	3.857	14.642	2.361	5.390
Companhia Brasiliense de Gás	1.534	313	825	1.662	276	890

• Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora			
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	31/03/2015	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2014
CEB Distribuição S.A	(57.722)	(57.722)	(88.235)	(88.235)
CEB Lajeado S.A (i)	1.476	826	9.665	5.405
Energética Corumbá III S.A	368	138	4.386	1.645
CEB Geração S.A	1.189	1.189	3.166	3.166
Corumbá Concessões S.A	(2.251)	(1.018)	6.800	3.075
CEB Participações S.A	(97)	(97)	1.764	1.764
Companhia Brasiliense de Gás	(165)	(28)	(151)	(26)
Total	(57.202)	(56.712)	(62.605)	(73.206)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu a ELETROBRÁS S.A rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de Participação Societária 44,077% e 10% de Partes Beneficiárias.

• Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora							Total
	CEB Distribuição S.A	CEB Lajeado S.A	Corumbá Concessões S.A	Energética Corumbá III S.A	CEB Participações S.A	CEB Geração S.A	Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	220.937	127.132	118.619	55.353	50.885	13.943	324	587.193
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio		(31.197)	(39)	(460)	(6.905)	(9.678)		(48.279)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(88.863)	10.355	(33.479)	1.782	(659)	8.018	(88)	(102.934)
Efeitos da Lei 12.973/2014 em Coligada			3.020					3.020
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	(28.325)	19	39					(28.267)
Ganho na Variação de Percentual				99				99
Saldo em 31 de dezembro de 2014	103.749	106.309	88.160	56.774	43.321	12.283	236	410.832
Resultado de Equivalência Patrimonial	(57.722)	826	(1.016)	137	(97)	1.189	(29)	(56.712)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	(7.828)							(7.828)
Efeitos da Lei 12.973/2014 em Coligada					157			157
Saldo em 31 de março de 2015	38.199	107.135	87.144	56.911	43.381	13.472	207	346.449

Investidas	Consolidado			Total
	Investco S.A	Corumbá Concessões S.A	Energética Corumbá III S.A	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	223.243	124.838	55.353	403.434
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	(13.667)	(63)	(460)	(14.190)
Resultado de Equivalência Patrimonial	18.507	(35.218)	1.782	(14.929)
Efeitos da Lei 12.973/2014		3.020		3.020
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	35			35
Ganho na Variação de Percentual			99	99
Saldo em 31 de dezembro de 2014	228.118	92.577	56.774	377.469
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.285	(1.069)	137	2.353
Efeitos da Lei 12.973/2014		157		157
Saldo em 31 de março de 2015	231.403	91.665	56.911	379.979

(c) Propriedade para Investimento

Nas datas de 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, a controlada CEB D transferiu os bens que estavam registrados na rubrica de “Ativos Mantidos para Venda” para a rubrica de “Propriedade para Investimento”. Em 31 de dezembro de 2012, foi transferido o imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR I55/1/DF e em 31 de dezembro de 2013 os demais bens. A transferência foi realizada para atender ao Pronunciamento Técnico CPC 31, item 8 que, determina que em caso de não realização da venda do ativo no

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

prazo de 1 ano, o ativo deve ser reclassificado para o Imobilizado ou para o Investimento, dependendo da intenção do destino a ser dado ao ativo pela administração.

Os bens registrados em “Propriedade para Investimento” são avaliados pelo custo.

O valor justo dos bem foram obtidos através de laudos emitidos por firmas especializadas e a Companhia entende que estes valores avaliados estão de acordo com as expectativas de mercado.

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado			
			Valor Contábil		Valor Justo	Data da Avaliação
			31/03/2015	31/12/2014		
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF (a)	284.160 m²	274.400	274.400	373.349	fev/14
Terreno	Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QE 20 Lote M - Guará	1.200 m²	20	20	2.104	fev/14
Terreno	Setor de Habitações Individuais Sul (SHIS) Trecho 04 Quadra 10 - Lago Sul	1.600 m²	126	126	2.437	fev/14
Prédio	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 - Setor Industrial, Taguatinga	1.040 m²	673	673	20.875	mai/13
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial - Taguatinga	10.500 m²	896	896		
Total			276.115	276.115	398.765	

(d) Participação de acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 225.572, dos quais R\$ 224.558 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A e R\$ 1.014 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasiliense de Gás - CEBGAS.

A seguir estão apresentadas suas informações contábeis das controladas:

(i) CEB Lajeado S.A

Balanço Patrimonial	31/03/2015	31/12/2014
Circulante	35.798	30.043
Caixa e equivalentes de caixa	1.023	3.252
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	15.255	12.027
Juros sobre Capital Próprio a Receber	7.291	7.291
Demais Créditos	12.229	7.473
Não Circulante	338.697	343.906
Títulos a Receber - Investco S.A	1.143	1.146
Cauções em Garantia CCEE		8.028
Demais Créditos	1.509	495
Investimentos	231.402	228.118
Imobilizado	151	155
Intangível	104.492	105.964
Total de Ativo	374.495	373.949
Circulante	42.801	43.731
Contas a Pagar	11.762	12.627
Tributos e Contribuições Sociais	1.692	1.976
Obrigações Societárias	24.057	23.807
Demais Obrigações	5.290	5.321
Patrimônio Líquido	331.694	330.218

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial	31/03/2015	31/12/2014
Total Passivo	374.495	373.949

Demonstração de Resultado	31/03/2015	31/03/2014
Receita Operacional Líquida	28.927	29.400
Custo com Energia e Operação	(28.938)	(16.789)
Despesas Operacionais	(2.194)	(2.518)
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.284	2.954
Receitas Financeiras, Líquidas	216	824
Imposto de Renda/Contribuição Social	181	(4.206)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Período	1.476	9.665

(ii) Companhia Brasiliense de Gás - CEBGAS

Balanco Patrimonial	31/03/2015	31/12/2014
Circulante	625	660
Caixa e equivalentes de caixa	332	392
Contas a Receber	180	159
Demais Créditos	113	109
Não Circulante	910	1.002
Demais Créditos		24
Imobilizado	7	8
Intangível	903	970
Total de Ativo	1.535	1.662
Circulante	315	276
Fornecedores	235	211
Tributos e Contribuições Sociais	47	36
Folha de Pagamento	27	22
Demais Obrigações	6	7
Patrimônio Líquido	1.220	1.386
Total Passivo	1.535	1.662

Demonstração de Resultado	31/03/2015	31/03/2014
Receita Operacional Líquida	825	890
Custo dos Serviços Prestados	(757)	(818)
Despesas Operacionais	(243)	(238)
Receitas Financeiras, Líquida	10	15
Prejuízo do Período	(165)	(151)

(e) Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial	31/03/2015	31/12/2014
Circulante	10.850	11.889
Caixa e equivalentes de caixa	7.457	7.230
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	3.135	4.347
Demais Créditos	258	312
Não Circulante	221.239	222.238
Fundos Vinculados	5.398	5.284
Demais Créditos	601	668
Imobilizado	210.743	211.725
Intangível	4.497	4.561
Total de Ativo	232.089	234.127
Circulante	20.485	21.017
Fornecedores	1.406	1.816
Tributos e Contribuições Sociais	418	483
Empréstimos e Financiamentos	7.292	7.282
Dívidas com pessoas ligadas	9.601	9.638
Demais Obrigações	1.768	1.798
Não Circulante	59.842	61.716
Empréstimos e Financiamentos	53.319	55.096
Bens de Uso Público	6.130	6.228
Demais Obrigações	393	392
Patrimônio Líquido	151.762	151.394
Total Passivo	232.089	234.127

Demonstração de Resultado	31/03/2015	31/03/2014
Receita Operacional Líquida	8.678	8.780
Custo com Energia	(3.973)	(376)
Custos de Operação	(2.288)	(1.951)
Despesas Operacionais	(624)	(613)
Despesas Financeiras, Líquidas	(1.150)	(1.161)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(275)	(293)
Lucro Líquido do Período	368	4.386

(f) Operações Controladas em Conjunto

A Companhia possui operações em conjunto com outros acionistas no Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:

Balanco Patrimonial	31/03/2015	31/12/2014
Circulante	1.274	1.003
Caixa e equivalentes de caixa	640	447
Demais Créditos	634	556
Não Circulante	115.698	116.669
Imobilizado/Intangível	115.698	116.669
Total de Ativo	116.972	117.672
Circulante	1.253	977
Fornecedores	999	898
Tributos e Contribuições Sociais	188	64

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial	31/03/2015	31/12/2014
Demais Obrigações	66	15
Não Circulante	6.390	6.390
Outras Obrigações	6.390	6.390
Patrimônio Líquido	109.329	110.305
Total Passivo	116.972	117.672

(g) Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do patrimônio líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas informações consolidadas do Grupo.

13 IMOBILIZADO

(a) Movimentação

Eventos	Controladora						
	Imobilizado em Serviço					Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
Custo do Imobilizado							
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.130	1.098	874	97	148	830	16.177
Adições		1.365	21				1.386
Transferências			(189)		221	(830)	(798)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.130	2.463	706	97	369		16.765
Saldo em 31 de março de 2015	13.130	2.463	706	97	369		16.765
Depreciação Acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(173)	(315)	(97)	(79)		(664)
Depreciação		(76)	(52)		(25)		(153)
Transferências			118		(118)		
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(249)	(249)	(97)	(222)		(817)
Depreciação		(23)	(18)		(10)		(51)
Saldo em 31 de março de 2015		(272)	(267)	(97)	(232)		(868)
Imobilizado Líquido – 31/03/2015	13.130	2.191	439		137		15.897
Imobilizado Líquido – 31/12/2014	13.130	2.214	457		147		15.948
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%		

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado									
	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.097	13.828	16.599	45.557	15.965	8.072	163	77.043	191.324
Adições			3.242	1.139	2.950	1.163	1	61.085	69.580
Transferências			1.365	(189)		221		(81.877)	(80.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	14.097	13.828	21.206	46.507	18.915	9.456	164	56.251	180.424
Adições								2.558	2.558
Transferências				58	1.386		(58)	(8.650)	(7.264)
Saldo em 31 de março de 2015	14.097	13.828	21.206	46.565	20.301	9.456	106	50.159	175.718
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(3.504)	(8.720)	(28.130)	(9.259)	(3.074)	(130)		(52.817)
Depreciação		(297)	(562)	(1.854)	(1.651)	(526)	(3)		(4.893)
Transferências				118		(118)			
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(3.801)	(9.282)	(29.866)	(10.910)	(3.718)	(133)		(57.710)
Depreciação		(73)	(159)	(491)	(457)	(124)	(1)		(1.305)
Transferências				(23)			40		17
Saldo em 31 de março de 2015		(3.874)	(9.441)	(30.380)	(11.367)	(3.842)	(94)		(58.998)
Imobilizado Líquido - 31/03/2015	14.097	9.954	11.765	16.185	8.934	5.614	12	50.159	116.720
Imobilizado Líquido - 31/12/2014	14.097	10.027	11.924	16.641	8.005	5.738	31	56.251	122.714
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

(i) Valores oferecidos em garantias

A Companhia ofereceu o terreno localizado no Setor Norte, A-E 1N, Lotes “G” e “H” – Brazlândia-DF, em garantia de litígios fiscais junto a Receita Federal de Brasil. O Terreno esta avaliado conforme laudo pelo valor de R\$ 1.426. A Companhia não tem permissão para alienar, mas pode oferecê-lo como nova penhora, desde que garantido o crédito da Fazenda Nacional.

14 INTANGÍVEL

Controladora	
	Direito de Uso de Software
Custo do Intangível	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	83
Saldo em 31 de março de 2015	83
Amortização Acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(4)
Amortizações	(4)
Saldo em 31 de março de 2015	(8)
Intangível Líquido - 31/03/2015	75
Intangível Líquido - 31/12/2014	79

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado							
	Direito de Uso da Concessão			Outros Intangíveis			Total
	Em Serviço	Em Curso	Outros	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível							
Saldo em 31 de dezembro de 2013	245.080	95.318		53.352	3.598	158.946	556.294
Adições	5.228	103.798		83	13.842		122.951
Baixas	(30)	(146.831)					(146.861)
Obrigações Especiais	10.750	(46.539)					(35.789)
OE's - Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativos (ii)			(27.840)				(27.840)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	261.028	5.746	(27.840)	53.435	17.440	158.946	468.755
Adições	296	16.063		109	1.544		18.012
Baixas	(15)	(13.466)					(13.481)
Obrigações Especiais	1.638	(1.508)					130
OE's - Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativos (ii)			(4.192)				(4.192)
Saldo em 31 de março de 2015	262.947	6.835	(32.032)	53.544	18.984	158.946	469.224
Amortização Acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(193.568)			(44.523)		(47.095)	(285.186)
Amortizações	(44.313)			(3.488)		(5.887)	(53.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(237.881)			(48.011)		(52.982)	(338.874)
Amortizações	(11.409)			(681)		(1.472)	(13.562)
Transferências				(17)			(17)
Saldo em 31 de março de 2015	(249.290)			(48.709)		(54.454)	(352.453)
Intangível Líquido - 31/03/2015	13.657	6.835	(32.032)	4.835	18.984	104.492	116.771
Intangível Líquido - 31/12/2014	23.147	5.746	(27.840)	5.424	17.440	105.964	129.881

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Direito de exploração de Concessão de Geração

A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. que é detentora do direito de exploração de concessão da Usina Lajeado que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que foi decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco S.A e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado S.A o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe “R”, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco S.A, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco S.A com a Eletrobrás. Do total de R\$ 213.452 mil, R\$ 54.506 mil representam o valor patrimonial das ações detidas na Investco S.A pela Eletrobrás em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946 mil que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão, em conformidade com o disposto no art. 1, § 2º, alínea “b” da Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998. O total do ágio, R\$ 158.946 mil, a ser amortizado por 27 anos (a partir de janeiro de 2006 até dezembro de 2032), resulta em R\$ 5.887 mil de amortização ao ano.

Em novembro de 2014 a controlada CEB Lajeado S.A realizou o teste de perda por redução ao valor recuperável do direito de exploração de concessão. A base para realização do teste de recuperabilidade foi o fluxo de caixa descontado, que resultou em um valor presente de fluxo de caixa descontado de R\$ 530.905. Este valor quando comparado com o valor contábil do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, acrescido do valor contábil do direito de exploração de concessão, no montante de R\$ 338.259, não apresentou indicação de perda por redução ao valor recuperável. A taxa de desconto usada foi de 7,16%, que representa o WACC real depois dos impostos publicado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, submódulo 12.3 – Custo de Capital da Geração. O período contemplado para elaboração dos fluxos de caixa foi até o fim da concessão, ou seja, o ano de 2032.

(ii) Obrigações Especiais - Receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos

A receita de ultrapassagem de demanda é oriunda de Contratos de Fornecimento com grandes consumidores de energia, no qual é definida a demanda a ser utilizada pela unidade consumidora. Caso a demanda realizada exceda a demanda contratada, a diferença é cobrada com base na tarifa de ultrapassagem de demanda que é bem superior as tarifas regulares. As tarifas de ultrapassagem de demanda possuem caráter de penalidade ao consumidor e visam a incentivar o consumidor a não utilizar a rede além do que foi contratado, funciona como uma penalidade e está prevista no art. 93 da Resolução 414/2010.

A receita de excedente de reativos é uma penalidade ao consumidor decorrente da não instalação de equipamentos adequados para controle da energia reativa que podem prejudicar o funcionamento dos sistemas elétricos, gerando custos adicionais a rede distribuidora. O órgão regulador define um limite para essa energia reativa e, violado esse limite, a distribuidora cobra uma tarifa adicional de energia reativa excedente.

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET 2.7”), aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 463 de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, deverão ser contabilizadas como obrigações especiais e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em conformidade com o Despacho nº 4.991 da ANEEL, de 29 de dezembro de 2011, que trata dos procedimentos básicos para a elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia efetuou o ajuste de receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, reduzindo as contas de receitas de “Fornecimento de Energia Elétrica” em contrapartida à conta de Obrigações Especiais.

A determinação pela ANEEL dessas receitas para Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo, foi objeto de questionamento judicial pela ABRADDEE, o que ainda está em discussão.

A Companhia está aguardando o julgamento da ação e tais valores estão provisionados em Obrigações Especiais e apresentados como Obrigações Vinculadas à Concessão.

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Suprimento de Energia Elétrica			386.689	319.381
Materiais e Serviços (*)	4.784	7.857	54.239	59.396
Encargos de Uso de Rede Elétrica			12.231	11.349
Fornecedores de Gás			199	201
Total	4.784	7.857	453.358	390.327
Circulante	4.784	7.857	453.358	390.327

Eventos não recorrentes que impactaram a rubrica de Suprimento de Energia Elétrica:

a) Diferença de tarifa de energia de Angra I e Angra II – ELETRONUCLEAR

Diferença de tarifa proveniente de alteração na regulamentação por parte da ANEEL, estabelecendo nova metodologia para cálculo da tarifa entre Furnas e Eletronuclear. A Lei 12.111 de 09 de dezembro de 2009, definiu que o diferencial entre essas tarifas seria rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. O valor do diferencial a que se refere o artigo 12º da Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009, apresentado por último pela Resolução nº 1.585 de 13 de agosto de 2013 que compete a esta CEB D é de R\$ 11.552. Deste montante, R\$ 4.821 foi pago em 2014 (R\$ 3.572 em 2013) e o saldo restante será pago em 2015. O valor mensal estimado da parcela é de R\$ 402.

b) Diferença de tarifa de energia adquirida de Corumbá Concessões

No período da construção da Usina de Corumbá Concessões S.A ocorreram atrasos na entrada em operação comercial definida originalmente no contrato. Para cumprir o contrato, Corumbá buscou energia no mercado de Curto Prazo. O preço da energia adquirida no curto prazo estava inferior ao preço contratual. Diante disso, à época, a ANEEL foi consultada e manifestou-se que a Resolução Normativa - RN nº 165 de 19 de setembro de 2005 se aplicava ao caso em questão. Referiu-se, inclusive ao Art. 3º que previa o seguinte: “Qualquer que seja o custo incorrido pelo agente vendedor na celebração dos contratos de compra e venda de energia, só será considerado, para fins de repasse aos contratos de venda originais e consequentemente às tarifas dos

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

consumidores finais, o menor valor entre, o valor da energia do contrato de compra;; o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, acrescido de 10% (dez por cento); ou o preço da energia no contrato de venda original”.

Em 17 de setembro de 2013, a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.168, contrariando o posicionamento constante do Ofício nº 326, resolve declarar que não são aplicáveis os termos da RN 165 ao Contrato de Compra e Venda de Energia celebrado entre Corumbá Concessões S.A e esta Companhia, e que, portanto, o valor a ser aplicado no custo da compra da energia é o valor original do contrato. Aplicando o preço original e as regras de correção previstas no instrumento contratual, resultou para a CEB Distribuição S.A uma obrigação no montante de R\$ 42.705.

Ainda de acordo com instrumento contratual, a dívida com Corumbá Concessões S.A foi atualizada pelo IGP-M, resultando no montante de R\$ 1.040 de atualização monetária.

Este valor foi integralmente repassado como componente financeiro à tarifa do consumidor final da CEB D, conforme disposto na Resolução Homologatória n. 1.779, de 19 de agosto de 2014, que homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2014 da CEB D e fixa em seu Art. 10 o valor de R\$ 43.745 (quarenta e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil), que começou a ser repassado a Corumbá Concessões S.A pela CEB Distribuição S.A, em 12 (doze) parcelas mensais iguais, a partir de outubro de 2014. No final do primeiro trimestre de 2015, o valor desta obrigação era de R\$ 25.518.

c) Passivo decorrente de Energia de Curto Prazo

A CEB D constituiu provisão no montante de R\$ 117.386 devido à ausência de leituras dos consumos em linhas de interligação com Furnas e nas conexões de fronteira. Do total provisionado, R\$ 88.000 refere-se a duas linhas de interligação com Furnas e a ausência de mediação deste consumo ocorreu no período de abril/2013 a outubro/13, o valor foi provisionado em 2013. O montante de R\$ 20.308 foi provisionado no primeiro trimestre de 2014 e é relativo à ausência de consumos nas conexões de fronteira das Linhas de Samambaia Oeste de Ceilândia Norte. Em abril de 2014 foi contabilizado o montante de R\$ 9.078, referente às Linhas de Samambaia Oeste.

No mês julho de 2014 a CCEE realizou a compensação de parte dos valores provisionados no montante de R\$ 50.182, referente aos meses de abril, junho e setembro de 2013 e no mês de dezembro foi reposto, com as devidas correções, o total de R\$ 17.066, referente ao mês de maio de 2013, assim o montante compensado totalizou R\$ 67.248. O saldo a ser reposto pela CEB D em reproprocessamentos das contabilizações do mercado de curto prazo ao longo do ano de 2015 é de R\$ 50.138.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

(a) Resumo das obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	97.269	97.475	269.439	244.821
Outros Tributos (c)	719	1.295	202.285	188.680
Total	97.988	98.770	471.724	433.501
Circulante	719	1.483	204.051	189.119
Não Circulante	97.269	97.287	267.673	244.382

(b) Imposto do Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	198.002	179.761
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.953	71.437	65.060
Total	97.269	97.475	269.439	244.821
Circulante		206	1.778	468
Não Circulante	97.269	97.269	267.661	244.353

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A., CEB Lajeado S.A é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido.

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(57.491)	(74.527)	(57.491)	(74.527)	(33.376)	(65.625)	(33.376)	(65.625)
Equivalência Patrimonial - Coligadas					(2.353)	(7.833)	(2.353)	(7.833)
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(1.400)	(5.341)	(1.400)	(5.341)
Total do Resultado Tributado	(57.491)	(74.527)	(57.491)	(74.527)	(37.129)	(78.799)	(37.129)	(78.799)
Ajuste RTT						120.048		120.048
Equivalência Patrimonial	56.712	73.206	56.712	73.206				
Adições Permanentes, Líquidas	77	119	77	119	2.605	2.139	2.605	2.139
Adições Permanentes	77	119	77	119	2.621	2.139	2.621	2.139
Perdas - Outras					724	290	724	290
Encargos/Gratificações/Alimentação de Diretores					202	124	202	124
Contribuições não Compensatórias					2	27	2	27
Subvenção de Energia Elétrica					125	107	125	107
Amortização de Ágio sobre Investimentos					1.472	1.472	1.472	1.472
Outras Adições	77	119	77	119	96	119	96	119
Exclusões Permanentes					(16)		(16)	
Outras Exclusões					(16)		(16)	
Adições/(Exclusões) Temporárias	(540)	(18)	(540)	(18)	(62.853)	(99.844)	(62.853)	(99.844)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Adições Temporárias	2.116	-	2.116	-	220.215	154.583	220.215	154.583
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios					2.160	1.529	2.160	1.529
Provisão de Benefício Pós-Emprego - Assistencial Aposentados					8.859	9.814	8.859	9.814
Provisão de Suprimento/Energia de Curto Prazo					177.577	131.330	177.577	131.330
Provisão para Devedores Duvidosos					11.932	6.521	11.932	6.521
Atualização Monetária de Passivos Regulatórios					588	574	588	574
Atualização Monetária - Superávit de Baixa Renda					3.073	2.373	3.073	2.373
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos					4.193	2.442	4.193	2.442
COFINS sobre Ativos Regulatórios					5.228		5.228	
PIS sobre Ativos Regulatórios					1.131		1.131	
Provisão MCP - CCEE					3.358		3.358	
Custo da Prestação de Serviço de Iluminação Pública	2.116		2.116		2.116		2.116	
Exclusões Temporárias	(2.656)	(18)	(2.656)	(18)	(283.067)	(254.427)	(283.067)	(254.427)
Reversão de Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios		(18)		(18)	(1.325)	(18)	(1.325)	(18)
Reversão de Benefício Pós-Emprego Assistencial Aposentados					(8.104)	(7.828)	(8.104)	(7.828)
Reversão de Provisão para Devedores Duvidosos					(5.707)	(4.032)	(5.707)	(4.032)
Reversão de Provisão para Contratos de Arrecadação							-	
Reversão de Provisão de Suprimentos/Energia de Curto Prazo					(196.114)	(118.854)	(196.114)	(118.854)
Reversão de Provisão de Bloqueios Judiciais					(20)		(20)	
Constituição e Realização de Ativos e Passivos Regulatórios					(60.332)	(110.076)	(60.332)	(110.076)
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios					(8.810)	(13.619)	(8.810)	(13.619)
Receita não Faturada de IP	(2.656)		(2.656)		(2.656)		(2.656)	
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	(1.242)	(1.220)	(1.242)	(1.220)	(97.376)	(56.456)	(97.376)	(56.456)
Base de Cálculo	(1.242)	(1.220)	(1.242)	(1.220)	(97.376)	(56.456)	(97.376)	(56.456)
Alíquota Aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente:								
IRPJ/CSLL sobre Lucro Fiscal Tributável de Controladas					704	3.091	256	1.115
IRPJ/CSLL - Lucro Presumido de Controladas					325	385	150	177
Ajustes IRPJ/CSLL - Exercício - 2014 e 2013	244		87	3	(244)		(87)	3
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	244		87	3	785	3.476	319	1.295
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos					16.299		5.868	
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	244		87	3	17.084	3.476	6.187	1.295

(*) Alíquota de 15% e 10% de Adicional para o IRPJ.

Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota 12). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB D, como aporte de capital e está registrado como propriedade para investimento. Outros eventos que geraram o reconhecimento de passivos fiscais diferidos foram: o ganho sobre o reconhecimento do VNR (Valor Novo de Reposição) do Ativo Financeiro Indenizável e sobre os Ativos e Passivos Regulatórios reconhecidos de acordo com a OCPC 08. A realização dos passivos fiscais diferidos ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pela realização do Ativo Financeiro Indenizável e pela realização dos Ativos e Passivos Regulatórios.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	196.789	179.650
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.953	70.872	64.703
Total	97.269	97.475	267.661	244.353
Não Circulante	97.269	97.475	267.661	244.353

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (i)			157.386	148.637
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social- COFINS	133	479	32.456	26.893
Programa de Integração Social – PIS	29	104	7.038	5.834
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	269	351	2.401	2.541
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	99	182	1.696	1.648
Outros	189	179	1.308	3.127
Total	719	1.295	202.285	188.680
Circulante	719	1.277	202.273	188.651
Não Circulante		18	12	29

(i) Em 25.11.2010, atendendo demanda da CEB Distribuição S.A, foi baixado o Decreto nº 32.514, que autorizou o adiamento em três meses do pagamento do ICMS de cada mês, a partir dos fatos geradores praticados em outubro daquele ano, estabelecendo o dia 20 como vencimento. Os valores postergados deveriam sofrer apenas atualização monetária Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, portanto, sem a incidência de juros e multa decorrentes da postergação.

Em 20 de dezembro de 2013, foi publicado o Decreto nº 4.990, que autorizou a mudança do vencimento do dia 20 para o penúltimo dia útil, mantendo o adiamento de três meses e a cobrança apenas da correção monetária.

Em 27.08.2014, o GDF, no âmbito do Grupo de Trabalho responsável por indicar medidas de compensação das eventuais perdas financeiras pela não aplicação total do reajuste tarifário de 2014, editou o Decreto nº 35.762 que tratou, entre outros assuntos, do débito da CEB-DIS com o GDF relativo ao pagamento de ICMS sobre o fornecimento de energia. Neste decreto foi reconhecido o valor de R\$ 119.633 que corresponde ao valor histórico deste débito acrescido apenas de correção monetária pelo INPC, não sofrendo assim a incidência de multas e juros. Adicionalmente, no âmbito do mesmo decreto foi autorizado o parcelamento deste montante em 10 vezes corrigido pelo INPC.

17 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27/12/2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito federal (GDF), sendo o saldo não repassado atualizado pelo INPC.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 23 de dezembro de 2014 foi publicada a Lei n. 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à renovação do Contrato de Concessão de distribuição de energia. Dentre as medidas adotadas foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Este saldo corresponde a R\$ 161.875 e as parcelas terão vencimento no 15º dia útil de cada mês. Até o trimestre findo em 31 de março de 2015, foram amortizadas duas parcelas no montante de R\$ 5.468.

Em 31 de março de 2015 o montante a repassar ao GDF era de R\$ 233.103 e apresentava a seguinte movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	213.103
Faturamento Arrecadado	26.885
Faturamento não Arrecadado	17.668
Atualização Monetária	5.914
Repasses ao Governo do Distrito Federal	(30.467)
Saldo em 31 de março de 2015	233.103
Circulante	105.701
Não Circulante	127.402

18 ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Superávit de Baixa Renda (a)	111.922	108.849
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	80.895	75.351
Encargos do Consumidor a Recolher	37.531	2.735
Total	230.348	186.935
Circulante	76.305	40.980
Não Circulante	154.043	145.955

(a) Superávit de Baixa Renda

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Obrigações de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 março de 2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008 e nº 316, de 13 de maio de 2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28 dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 01 de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Programa de Eficiência Energética - PEE	56.066	52.328
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	23.548	21.910
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	854	741
Ministério de Minas e Energia – MME	427	372
Total	80.895	75.351

(c) Encargos do Consumidor a Recolher

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S/A à Eletrobrás no ano de 2015, no montante de R\$ 391.473. Esses valores foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a qual estabeleceu o repasse desses custos às unidades consumidoras vinculadas à CEB Distribuição S/A.

No primeiro trimestre de 2015, os valores reconhecidos pela CEB Distribuição S/A à Eletrobrás totalizaram R\$ 46.864, correspondente a R\$ 43.410 de quotas da CDE-ENERGIA e R\$ 3.453 de quotas da CDE-USO. Do total apropriado R\$ 9.340 foram pagos restando um saldo a recolher de R\$ 37.521.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Governo do Distrito Federal	18.623	18.623	18.623	18.623
Eletrobrás			9.684	9.573
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			2.057	2.057
Outros Acionistas	69	69	69	69
Total	18.692	18.692	30.433	30.322
Circulante	18.692	18.692	30.433	30.322

20 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Entidades	Consolidado		Encargos
	31/03/2015	31/12/2014	
ELETROBRÁS	20.766	24.659	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (FINAME)	4.750	5.000	Juros de 4,5% a.a. de atualização pela TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	64.701	69.173	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco do Brasil	13.636	17.727	CDI + juros de 1,7% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A (i)	91.956	91.956	129% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal S.A/BNDES	32.858	34.498	6% a.a
Caixa Econômica Federal S.A/BNDES	16.745	14.391	5% a.a + UMBNDES
Caixa Econômica Federal S.A/BNDES	44.054	45.456	5% a.a + TJLP
Banco Daycoval	17.499	19.171	0,5% a.m + CDI CETIP
Banco BCB	19.625		6,5% a.a + CDI CETIP
Custo de Transação	(863)	(920)	
Total	325.727	321.111	
Circulante	84.867	69.417	
Não Circulante	240.860	251.694	

A CEB D firmou o contrato de financiamento com o agente financeiro Caixa Econômica Federal (CAIXA), por meio de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), objetivando investimentos realizados em novas instalações e melhorias na rede de distribuição da Controlada, em vistas de projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014. A liberação dos recursos ocorreu no mês de setembro de 2014.

O contrato conta com garantias de recebíveis da Companhia, com o Distrito Federal como Interviente/Garantidor e o Banco de Brasília S/A (BRB), como Interviente Anuente. O valor foi dividido no Subcrédito A, de R\$ 33.578, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à TJLP; no Subcrédito B, com valor de R\$ 14.391, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à UMBNDES (variação cambial das diversas moedas contidas na Cesta de Moedas do BNDES); e, ainda, no Subcrédito C, no valor de R\$ 45.456, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), totalizando R\$ 93.425.

O financiamento tem carência de vinte quatro meses e pagamento mensal dos juros.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Garantias dos Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB D

Os empréstimos da controlada CEB D não possuem cláusulas de *covenants*.

Os montantes das dívidas classificadas no passivo não circulante em 31 de março de 2015 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado
2016	34.366
2017	61.182
2018	51.278
2019	41.906
2020 em diante	52.128
Total	240.860

(b) Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	321.111
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	20.000
Encargos Incorridos no Período	10.310
Custo de Transação	57
Encargos Financeiros Pagos	(9.089)
Amortizações de principal	(16.662)
Saldo em 31 de março de 2015	325.727

21 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Provisão de Férias	183	151	13.200	14.312
Encargos sobre Provisões	133	157	11.837	10.369
Abono Assiduidade			5.869	6.618
Abono Indenizatório			2.258	2.345
Participação nos Lucros			3.016	3.016
Outros			177	202
Total	316	308	36.357	36.862
Circulante	316	308	36.357	36.862

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Planos de benefícios

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB D e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido	CEB D
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciários foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

A CEB D mantém junto à FACEB dois planos previdenciários, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD). Além disso, a empresa mantém para os seus empregados e familiares planos de saúde que são administrados pela FACEB, sendo que a CEB D tem responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas apenas no plano denominado CEB - Assistencial, uma vez que a sua participação no plano denominado CEB-Saúde está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas e, dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

O Plano de Saúde Assistencial é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB D.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de co-participação pelos usuários, no momento em que utilizam o plano, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Quanto aos planos previdenciários, o passivo com benefícios pós-emprego foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, estando divididas em função de cada plano previdencial e de saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia e suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes ao plano previdencial e plano de saúde, de informações sobre a utilização do plano de saúde nos últimos vinte e um meses, informações contábeis posicionadas em 28 de fevereiro de 2015 e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado na mesma data.

Os montantes no passivo relativos aos planos de Previdência, Assistência e Demissão Voluntária são os seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Plano de Previdência	44.390	50.765
Plano de Assistência	311.569	302.987
Programa de Demissão Voluntária	1.322	2.010
Total	357.281	355.762
Circulante	73.686	60.863
Não Circulante	283.595	294.899

Os montantes no resultado relativos aos planos de Previdência e Assistência são os seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Previdência	1.992	1.948
Assistência	8.467	8.041
Total	10.459	9.989

b) Planos Previdenciário e Assistencial

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido são:

Valor presente das obrigações atuariais	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(1.137.535)	(985.140)	(305.787)	(271.999)
Custo do serviço corrente	(2.733)	(11.012)	(625)	(2.463)
Custo de juros	(32.647)	(116.247)	(8.776)	(37.862)
Ganhos/(Perda) atuariais	(1.087)	(91.994)	(6.248)	(26.819)
Benefícios Pagos pelo plano	18.121	66.858	9.885	33.356
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(1.155.881)	(1.137.535)	(311.551)	(305.787)

Análise da obrigação atuarial do plano:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Valor presente da obrigação atuarial	1.155.881	1.137.535	311.551	305.787
Valor justo dos ativos do plano	(1.120.744)	(1.108.746)		
Valor presente da obrigação coberta	1.120.744	1.108.746		
Valor presente da obrigação sem cobertura	35.136	28.789	311.551	305.787
Status do Plano	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado	Sem Cobertura	Sem Cobertura

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Valor justo dos ativos do plano				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.108.746	962.786		
Rendimento esperado dos ativos do plano	31.821	113.609		
Contribuições recebidas pelo fundo - Patrocinador	6.670	39.117	9.885	33.357
Contribuições recebidas pelo fundo - Participantes	2.785	10.766		
Benefícios Pagos pelo fundo	(18.121)	(66.858)	(9.885)	(33.357)
Ganhos/(Perda) atuariais	(11.187)	49.326		
Valor justo dos ativos do plano no final do período	1.120.714	1.108.746		

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	
	31/03/2015	31/12/2014
Valores reconhecidos no balanço patrimonial		
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	35.136	28.789
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos (item 92)		
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no final do período (Saldo da dívida com a FACEB)	46.272	52.276
Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço		
Passivo (ativo) reconhecido no início do exercício	28.789	22.354
Contribuições aportadas no plano	(6.700)	(39.117)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	12.274	42.668
Despesas do exercício	774	2.884
Passivo/(ativo) reconhecido no final do período	35.137	28.789

	Plano Assistencial	
	31/03/2015	31/12/2014
Valores reconhecidos no balanço patrimonial		
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	311.551	305.787
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos (item 92)		
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no final do período	303.723	305.787
Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço		
Passivo (ativo) reconhecido no início do exercício	305.787	271.999
Contribuições aportadas no plano	(9.885)	(33.357)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	6.248	26.819
Despesas do exercício	9.401	40.326
Passivo/(ativo) reconhecido no final do período	311.551	305.787

(i) Plano Previdenciário

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.155.881, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.120.744 resultou em um déficit

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de R\$ 35.136, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial. Atualmente, a CEB tem contabilizado em seu passivo o montante de R\$ 46.272, relativo ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado na posição de 28 de fevereiro de 2015. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.137.592) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 2.185), exigível contingencial (R\$ 4.773) e fundos (R\$ 9.890), resultando no valor justo de R\$ 1.120.744, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalte-se que o saldo do contrato de dívida da CEB junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 28 de fevereiro de 2015, um déficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de dezembro de 2014 se deve à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro abaixo:

	31/03/2015	31/12/2014
Valor presente da Obrigação atuarial	1.155.881	1.137.535
Valor justo dos ativos do plano	(1.120.744)	(1.108.746)
Resultado	35.137	28.789

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2015, calculada com base nos custos normais, no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial, nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

	2015
Custo do serviço corrente	10.444
Custo dos juros	136.964
Rendimento esperado dos ativos do plano	(133.498)
Contribuições dos participantes	(10.584)
Total da despesa estimada	3.326

(ii) Plano CEBPREV

O plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S/A.

Conforme o balancete desse plano posicionado em 28 de fevereiro de 2015, as provisões matemáticas de benefícios a conceder são iguais a R\$ 13.723 e o patrimônio de cobertura do plano é de R\$ 15.493, comprovando o equilíbrio atuarial do citado plano de benefícios. Não existem benefícios concedidos no plano na data desta reavaliação e além do patrimônio de cobertura do plano existem fundos previdenciais no montante de R\$ 247 para dar suporte à solvência do plano de benefícios.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Plano CEB-SAÚDE

O plano CEB-SAÚDE não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêem a participação da CEB Distribuição S/A, bem como das demais Associadas, apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

(iv) Plano Assistencial

A avaliação atuarial do plano CEB-ASSISTENCIAL, posicionada em 28 de fevereiro de 2015, revelou que a obrigação atuarial deste plano é de R\$ 311.551. Considerando-se que este plano não possui valor justo de ativos, então a obrigação atuarial calculada em 28 de fevereiro de 2015 se encontra sem lastro de ativos financeiros. A composição deste passivo se dá da seguinte forma: a) passivo de curto prazo dos ativos: R\$ 11.862; b) passivo de longo prazo dos ativos: R\$ 75.337.428,91; c) passivo de curto prazo dos assistidos: R\$ 18.527 e d) passivo de longo prazo dos assistidos: R\$ 205.824.

O passivo líquido em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 305.787 e, computadas as variações ocorridas em 2015, conforme demonstradas nos quadros anteriores, têm-se um passivo líquido calculado atuarialmente em 28 de fevereiro de 2015 de R\$ 311.551, sendo este o valor da provisão de benefícios pós-emprego para o plano CEB-ASSISTENCIAL.

Considerando-se que a provisão atualmente contabilizada (R\$ 303.723) é inferior ao montante aqui informado, a CEB necessita contabilizar um aumento na provisão de R\$ 7.828.

A variação na obrigação atuarial decorreu da modificação na taxa de juros, conforme apresentada no quadro das premissas, e ao aumento do custo por usuário, que cresceu de R\$ 561,92 para R\$ 575,91, representando uma elevação de 2,49%.

Despesa estimada para o exercício:

	2015
Custo do serviço corrente	2.655
Custo dos juros	36.818
Total da despesa estimada	39.473

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro abaixo:

	31/03/2015	31/12/2014
Valor presente da Obrigação atuarial	311.551	305.787
Valor justo dos ativos do plano		
Resultado	311.551	305.787

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração dos resultados:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Valores reconhecidos na DRE				
Custo do serviço corrente	2.733	11.012	(625)	(2.463)
Contribuições recebidas pelo fundo - Participantes	(2.785)	(10.766)		
Custo de juros	32.647	116.247	(8.776)	(37.862)
Rendimento esperado dos ativos do plano	(31.821)	(113.609)		
Total da (despesas)/receita reconhecida no período	774	2.884	(9.401)	(40.325)

Segue abaixo a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa, como demonstrado a seguir:

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/03/2015	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Composição dos ativos				
Disponível	0,27%	0,24%	N/A	N/A
Renda Fixa	87,11%	86,34%	N/A	N/A
Renda Variável	1,43%	1,44%	N/A	N/A
Investimentos estruturados	6,79%	7,65%	N/A	N/A
Investimentos Imobiliários	1,65%	1,67%	N/A	N/A
Empréstimos com Participantes	2,75%	2,66%	N/A	N/A
Total percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%	N/A	N/A

(iii) Premissas Atuariais

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Premissas atuariais adotadas				
Financeira				
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	6,27%	6,20%	6,27%	6,20%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do plano	12,04%	11,97%	0,00%	0,00%
Taxa anual de inflação	5,43%	5,43%	5,43%	5,43%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	5,43%	5,43%	5,43%	5,43%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano	5,43%	5,43%	5,43%	5,43%
Taxa de crescimento nominal anual dos custos de saúde	0,00%	0,00%	7,00%	7,00%
Demográficas				
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de assistidos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Tábua de morbidez	Não Usada		Não Usada	
Idade de aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.		Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	
Composição familiar para cálculo de pensão e reversão				
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem			
Assistidos	Família informada no cadastro			

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Comparativo evidenciando retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	12,04%	11,97%	N/A	N/A

c) Contrato de Dívida Atuarial (*)

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB D assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 31 de março de 2015:

As movimentações da dívida atuarial ocorreram conforme quadro a seguir:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	32.145	40.350	72.495
Amortização	(31.130)		(31.130)
Atualização	3.779	4.093	7.872
Transferências para o circulante	26.574	(26.574)	
Saldo em 31 de dezembro 2014	31.368	17.869	49.237
Amortização no exercício	(7.842)		(7.842)
Atualização no exercício	2.016	213	2.229
Transferências para o circulante	18.082	(18.082)	
Passivo em 31 de março de 2015	43.624		43.624

(*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do passivo é a seguinte:

	31/03/2015	31/12/2014
Contribuições para o Plano	761	1.525
Contrato de Dívida	43.624	49.237
Total	44.385	50.762
Circulante	44.385	32.893
Não Circulante		17.869

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit (vide letra b. (ii). a) pactuado entre a Companhia e a FACEB.

d) Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

	Circulante	Não Circulante	Total
Passivo em 31 de dezembro de 2014	2.010		2.010
Amortização	(664)		(664)
Atualização	(14)	7	(7)
Transferências para o Circulante	(10)	(7)	(17)
Passivo em 31 de março de 2015	1.322		1.322

23 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir.

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios provisionados

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatórios em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Regulatórias			61.253	59.655
Trabalhistas	54	54	9.307	8.959
Fiscais	8.251	8.251	8.251	8.251
Cíveis			6.371	7.500
Total	8.305	8.305	85.182	84.365
Circulante	54	54	6.168	5.901
Não Circulante	8.251	8.251	79.014	78.464

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Controladora		
	Trabalhista	Fiscais	Total
Constituições de Provisão	7		7
Pagamentos	(34)		(34)
Atualização Monetária	5	28	33
Reversão de Provisão	(18)		(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	54	8.251	8.305
Saldo em 31 de março de 2015	54	8.251	8.305

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.869	6.674	8.223	50.066	71.832
Constituições de Provisão	1.816	399		6.363	8.578
Pagamentos	(34)	(9)			(43)
Reversão de Provisão	(493)	(30)		(1.791)	(2.314)
Atualização Monetária	801	466	28	5.017	6.312
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.959	7.500	8.251	59.655	84.365
Constituições de Provisão	150	62			212
Reversão de Provisão		(1.342)			(1.342)
Atualização Monetária	198	151		1.598	1.947
Saldo em 31 de março de 2015	9.307	6.371	8.251	61.253	85.182

(i) Demandas Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) Demandas Cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência,

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) Demandas Regulatórias

A CEB D está discutindo nas esferas administrativa e judicial autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP e CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, a qual foi indeferida pela Receita Federal.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(b) Passivo Contingente – Risco possível

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 31 de dezembro de 2014 é apresentado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Fiscais	21.529	21.529	25.149	25.149
Cíveis	245	245	1.976	1.973
Trabalhistas	150	150	770	790
Total	21.924	21.924	27.895	27.912

(i) Demandas Fiscais

Representam valores referentes às Contribuições Sociais de PIS e COFINS, que foram objeto de compensação com créditos existentes na Receita Federal por recolhimentos realizados a maior, e que, quando da solicitação da

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

compensação através de PER/DCOMP estes não foram homologados pela Receita Federal. Os consultores legais da Companhia vêm buscando reverter a decisão da Receita Federal com a comprovação de que tais cobranças não procedem.

24 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Recursos para Futuro Aumento de Capital (a)	212.000	212.000	212.000	212.000
Consumidores	1	1	15.158	12.477
Consignações a Favor de Terceiros	34	73	15.144	13.230
Repasses de Bandeiras Tarifárias			11.432	
Parcelamento de Multa ANEEL			4.204	6.415
Arrendamento			3.843	3.685
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos			1.169	1.184
Adiantamento de Clientes			851	1.702
Cauções e Garantia			729	705
Retenção de Quotas RGR			724	724
Obrigações com Empresas Ligadas	168	167		
Outras Obrigações		92	3.101	3.274
Total	212.203	212.333	268.355	255.396
Circulante	203	333	53.222	39.605
Não Circulante	212.000	212.000	215.133	215.791

(a) Refere-se a adiantamento efetuado pelo controlador, Governo do Distrito Federal, que necessita de aprovação na assembleia de acionistas para que seja incorporado ao capital da Companhia. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.

25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056 (R\$ 342.056 em 31/12/2014). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações é a seguinte:

Capital Total em Ações	31/03/2015	31/12/2014
Ações Ordinárias	4.576.432	4.576.432
Ações Preferenciais	4.607.026	4.607.026
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	3.294.024	3.294.024
Total	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	112.252	177.084
(-) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(11.696)	(11.969)
Total	100.556	165.115
Quantidade de Ações	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)	10,95	17,98

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

(i) Custo Atribuído (Deemed Cost)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442	1.442
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186	297.186
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2014, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817
Saldo em 31 de março de 2015, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817

(ii) Ganhos/Perdas na variação de percentual em Participações Societárias

Em dezembro de 2011, foi contabilizado uma perda de capital por diluição de percentual no capital da Controlada em conjunto Energética Corumbá III S.A, o valor desta perda foi de R\$ 847 e foi apurado pelo cálculo da equivalência patrimonial. No Exercício de 2013, ocorreram os seguintes eventos: Em abril de 2013, houve novo aporte de capital pelos acionistas, os quais não foram proporcionais às participações detidas por cada acionista, este fato gerou uma perda de R\$ 31. O outro evento foi a declaração dividendos destinados a CEB, que em relação ao percentual de participação total sobre o Capital Social da Controlada gerou um ganho de R\$ 47. Em abril de 2014, os acionistas Energ Power S.A e Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A realizaram aporte de capital no montante de R\$ 221. Esta operação gerou um ganho de capital a favor da CEB no valor de R\$ 83. Ainda em 2014, houve ganho de R\$ 10 devido a diluição de percentual em virtude de declaração de dividendos pela coligada Energética Corumbá III S.A. A perda acumula registrada com a Controlada Energética Corumbá III S.A na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial em 31 de março de 2015 é de R\$ 766.

Em outubro de 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em assembleia geral extraordinária e aprovaram e formalizaram a opção de compra da totalidade das ações preferencia nominativas classe “B” de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB Corumbá. Após a aquisição, estas ações foram contabilizadas na Coligada na rubrica de Ações em Tesouraria e gerou alteração na estrutura societária da Coligada, desta forma, a participação do Grupo na Coligada passou de 39,07% para 45,57% gerando um ganho na variação de percentual de R\$ 18.623. Em 2014, ocorreu o registro R\$ 39 gerado por ganho por diluição de percentual devido a dividendos pagos do exercício de 2013.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Perdas Atuariais – Plano Assistencial e Previdenciário

A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2013 perdas atuariais referente aos planos assistencial e previdenciário dos empregados da controlada CEB D no montante de R\$ 165.240. O valor desta perda foi registrada no patrimônio líquido da Companhia de acordo com a regra estabelecida no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Em 31 de março de 2014, o montante da perda atuarial é de R\$ 194.270 (R\$ 186.441 em 2014).

Em 31 de março de 2015, a composição do saldo da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” é a seguinte:

	31/03/2015	31/12/2014
Custo atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A (ii)	18.662	18.662
Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III S.A	(766)	(766)
Perdas Atuarial - Plano Assistencial (iii)	(194.269)	(186.441)
Outras Movimentações - Coligadas	53	53
Total	12.497	20.325

(c) Resultado do Período

No final do primeiro trimestre de 2015, a Companhia apurou um Prejuízo de R\$ 57.160 (R\$ 74.531 em 31 de março de 2014).

(d) Reserva de Lucros

Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

(f) Distribuição de Dividendos

A política de dividendos da entidade consta no Art. 9º do Estatuto vigente, em relação às ações preferenciais classe A:

- I - Prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, calculados proporcionalmente ao que elas representem do capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente.
- II - Prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

O Art. 10º apresenta o seguinte texto relacionado aos titulares das ações preferenciais classe B: “[...] gozarão de prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, sem prêmio, após o reembolso da classe A, em caso de liquidação da Companhia.”. Ainda, em Parágrafo único, no mesmo artigo “[...] ações preferenciais classe B não tem direito a dividendo fixo ou mínimo.”. Conforme consta no Estatuto Art. 38 parágrafo 1º “Será sempre assegurado às ações preferenciais classe B, [...] o recebimento de dividendos 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB D;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S/A.;
- Comercialização de energia elétrica – tem como atribuição comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília - CEB – que tem como atribuição a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal e a Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

No primeiro trimestre de 2015, a Receita Operacional Bruta registrada pelo fornecimento de energia elétrica e prestação de serviços com o Governo do Distrito Federal (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Estado de Governo e demais Órgãos) totalizou R\$ 83.019, representando 9,7% da Receita Operacional Bruta Consolidada (R\$ 87.393 – 15,44% da Receita Operacional Bruta Consolidada em 31 de março de 2014).

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 31 de março de 2015, de 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2014 estão incluídas abaixo:

a) Balanço Patrimonial por Segmento de Negócio

	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações/Ajustes		Consolidado	
Ativo	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Circulante	928.906	726.260	11.173	9.702	54.811	57.102	82.973	87.322	(27.625)	(92.947)	1.050.238	787.439
Não Circulante	1.240.584	1.385.052	4.852	4.940	363.924	361.123	373.104	437.689	(203.010)	(266.416)	1.779.454	1.922.388
Realizável a Longo Prazo	877.704	1.004.930			3.008	1.945	4.783	4.861	(617)	(518)	884.878	1.011.218
Investimentos	276.114	276.114			235.925	232.537	351.439	415.823	(202.393)	(265.899)	661.085	658.575
Imobilizado	76.959	82.652	4.851	4.923	19.006	19.183	15.904	15.956			116.720	122.714
Intangível	9.807	21.356	1	17	105.985	107.458	978	1.049		1	116.771	129.881
Total do Ativo	2.169.490	2.111.312	16.025	14.642	418.735	418.225	456.077	525.011	(230.635)	(359.363)	2.829.692	2.709.827
Passivo												
Circulante	1.081.182	964.798	2.554	2.361	43.570	44.596	25.082	29.003	(28.239)	(93.759)	1.124.149	946.999
Não Circulante	1.050.109	1.042.765			90	90	317.521	317.538		292	1.367.720	1.360.685
Patrimônio Líquido	38.199	103.749	13.471	12.281	375.075	373.539	113.474	178.470	(427.968)	(490.955)	112.251	177.084
Acionistas não Controladores									225.572	225.059	225.572	225.059
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.169.490	2.111.312	16.025	14.642	418.735	418.225	456.077	525.011	(230.635)	(359.363)	2.829.692	2.709.827

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Demonstração de Resultado por Segmento de Negócio

	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	573.881	387.510	3.857	5.390	32.660	32.910	8.948	14.571	(31.877)	(30.162)	587.469	410.219
Energia Elétrica comprada para Revenda	(414.755)	(315.554)	(419)		(16.616)	(2.156)			31.677	29.966	(400.113)	(287.745)
Encargos de uso da rede elétrica	(29.884)	(18.442)	(201)	(192)	(2.882)	(2.875)			201	192	(32.766)	(21.317)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(444.639)	(333.996)	(620)	(192)	(19.498)	(5.031)			31.878	30.158	(432.879)	(309.062)
Pessoal	(44.281)	(43.109)	(652)	(673)	(498)	(623)	(2.778)	(2.874)			(48.209)	(47.280)
Entidade de Previdência Privada	(1.992)	(1.948)						(5)			(1.992)	(1.953)
Material	(973)	(1.327)	(3)	(25)	(3)	(2)	(65)	(1.943)			(1.044)	(3.297)
Serviço de Terceiros	(26.463)	(28.481)	(1.011)	(801)	(1.217)	(1.292)	(5.953)	(10.254)			(34.644)	(40.827)
Depreciação e Amortização	(11.299)	(11.692)	(88)	(90)	(1.651)	(1.650)	(124)	(105)			(13.162)	(13.537)
Provisões	(1.567)	(3.523)	(19)		(90)	(86)		13			(1.676)	(3.596)
Custo de Construção	(20.209)	(37.766)									(20.209)	(37.766)
(Prov. Estimada)/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(11.932)	(6.521)					(204)				(12.136)	(6.521)
Arrendamento					(10.463)	(10.033)					(10.463)	(10.033)
Outras	(2.764)	(2.624)	(282)	(430)	(1.662)	(2.737)	(924)	(1.008)		4	(5.632)	(6.795)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(121.480)	(136.991)	(2.055)	(2.019)	(15.584)	(16.423)	(10.048)	(16.176)		4	(149.167)	(171.605)
Equivalência Patrimonial					3.233	3.114	(56.712)	(73.206)	55.832	77.926	2.353	7.833
RESULTADO BRUTO	7.762	(83.477)	1.182	3.179	811	14.570	(57.812)	(74.811)	55.833	77.926	7.776	(62.615)
Receita Financeira	15.673	7.635	214	250	1.064	1.595	174	154	(140)		16.985	9.633
Despesa Financeira	(57.849)	(12.392)	(16)	(9)	(395)	(222)	(17)	(20)	140		(58.137)	(12.643)
RESULTADO FINANCEIRO	(42.176)	(4.757)	198	241	669	1.373	157	134			(41.152)	(3.010)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(34.414)	(88.234)	1.380	3.420	1.480	15.943	(57.655)	(74.677)	55.833	77.926	(33.376)	(65.625)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente			(192)	(254)	(1.243)	(4.514)	331	(3)			(1.104)	(4.771)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(23.309)				1.142						(22.167)	
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(57.723)	(88.234)	1.188	3.166	1.379	11.429	(57.324)	(74.680)	55.833	77.926	(56.647)	(70.396)
Atribuível ao Acionista Controlador											(57.160)	(74.531)
Atribuível aos Acionistas não Controladores											513	4.135

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Receita Operacional Líquida	(414.755)	387.510	3.857	5.390	32.661	32.910	8.948	14.571			619.347	440.381
Receita entre Segmentos	(201)	(196)			(31.677)	(29.966)					(31.878)	(30.162)
Receitas com Clientes Externos	(414.956)	387.314	3.857	5.390	984	2.944	8.948	14.571			587.469	410.219

c) Fluxo de Caixa por Segmento de Negócio

	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Atividades:										
Operacionais	16.368	31.228	1.540	2.802	(2.227)	2.929	(5.052)	(3.925)	10.629	33.034
Investimento	(3.998)	(21.391)		(48)		(53)		(25)	(3.998)	(21.517)
Financiamento	2.923	(17.029)							2.923	(17.029)
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	15.293	(7.192)	1.540	2.754	(2.227)	2.876	(5.052)	(3.950)	9.554	(5.512)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período	30.846	22.066	7.170	9.440	20.420	55.688	7.569	9.592	66.006	96.786
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período	46.139	14.874	8.710	12.194	18.193	58.564	2.517	5.642	75.560	91.274
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	15.293	(7.192)	1.540	2.754	(2.227)	2.876	(5.052)	(3.950)	9.554	(5.512)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

(a) Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Fornecimento de Energia Elétrica (*)			627.677	436.562
Energia de Curto Prazo			112.870	42.948
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			56.141	
Receita de Construção			20.209	37.766
Aporte de Recursos da CDE (i)			11.880	12.752
Receita de Prestação de Serviços	9.137	15.416	9.413	15.867
Suprimento de Energia			7.672	9.256
Arrendamento e Aluguéis			6.553	5.763
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			5.399	3.729
Receita de Venda de Gás			1.047	1.130
Outras Receitas			433	420
Receita Operacional Bruta	9.137	15.416	859.294	566.193
Impostos	(169)	(309)	(121.628)	(94.357)
Contribuições	(845)	(1.426)	(81.374)	(51.823)
Encargos do Consumidor (ii)			(68.818)	(9.794)
Descontos Incondicionais			(5)	
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.014)	(1.735)	(271.825)	(155.974)
Receita Operacional Líquida	8.123	13.681	587.469	410.219

(*) Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são remunerados pelo WACC regulatório (custo médio ponderado de capital) e essa remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor. Em 31 de março de 2015, o valor corresponde a R\$ 64.083 (R\$ 56.249 em 31/03/2014).

(i) A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013) determinou que os recursos relacionados à subvenção de baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Estes recursos serão repassados pela Eletrobrás e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. No primeiro trimestre de 2015, os aportes de CDE totalizaram R\$ 11.880 (R\$ 12.752 em 31/03/2014), sendo R\$ 4.157 (R\$ 5.699 em 31/03/2014) referente à subvenção de baixa renda e R\$ 7.723 (R\$ 7.053 em 31/03/2014) referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Recursos da CDE – Decreto 7.945/2013 (Nota 9).

(ii) Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S/A à Eletrobrás no ano de 2015, no montante de R\$ 391.473. Esses valores foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a qual estabeleceu o repasse desses custos às unidades consumidoras vinculadas à CEB Distribuição S/A.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No primeiro trimestre de 2015, os valores reconhecidos pela CEB Distribuição S/A à Eletrobrás totalizaram R\$ 46.864, correspondente a R\$ 43.410 de quotas da CDE-ENERGIA e R\$ 3.453 de quotas da CDE-USO.

(b) Custo com Serviço de Energia Elétrica

	Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Energia elétrica comprada para revenda	(303.040)	(250.247)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(97.073)	(52.878)
Encargos de uso da rede elétrica	(32.766)	(21.317)
Repasse da Conta - ACR Custo de Energia (i)		15.380
Total	(432.879)	(309.062)

(i) Decreto nº 8.221 de 2 de abril de 2014

O Governo Federal fundamentado na Lei nº 12.783/2013 publicou em 02 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/2014, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia com exposição involuntária no mercado de curto prazo e custos do despacho termoeletrico, através da contratação de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE será a responsável pela gestão da CONTA - ACR.

Aporte CDE – Decretos nºs 7891/2013 e 7.945/2013

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o governo brasileiro emitiu em 23 de janeiro 2013, o Decreto 7.891, alterado pelo Decreto 7.945 de 7 de março de 2013 com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras.

Com relação à contratação de energia, o Decreto 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

i. neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);

ii. neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii. cobrir o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética).

(c) Custos e Despesas Operacionais por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Pessoal e Administradores	(2.729)	(2.807)	(48.209)	(47.280)
Serviço de Terceiros	(5.846)	(10.141)	(34.632)	(40.910)
Custo de Construção – concessão (a)			(20.209)	(37.766)
Depreciação e Amortização	(56)	(37)	(13.161)	(13.537)
(Provisão) Estimada / Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(204)		(12.136)	(6.521)
Arrendamento			(10.463)	(10.033)
Entidade de Previdência Privada		(5)	(1.992)	(1.953)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(1.599)	(2.180)
Material	(64)	(1.943)	(1.044)	(3.297)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(789)	(627)
Propaganda e Publicidade			(114)	
Outras Despesas	(150)	(200)	(5.086)	(6.939)
Total	(9.049)	(15.133)	(149.434)	(171.043)
Classificados como:				
Custo da Operação			(76.316)	(95.779)
Custo dos Serviços Prestados	(6.435)	(12.983)	(6.066)	(12.797)
Despesas com Vendas	(204)		(29.350)	(20.114)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.410)	(2.150)	(37.702)	(42.353)

(a) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que:

- (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica;
- (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			8.104	7.828
Ressarcimento das CCEARs			968	7.126
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			4.973	2.378
Reversão de Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios		18	1.342	18
Ganho na Baixa de Bens			(48)	(11)
Outras Receitas			12	
Subtotal		18	15.351	17.339
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(8.859)	(9.814)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios		(5)	(2.160)	(1.534)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(3.710)	(6.212)
Multas ANEEL			(252)	(247)
Outras Despesas			(103)	(94)
Subtotal		(5)	(15.084)	(17.901)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas		13	267	(562)

(e) Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	65	1	3.740	2.784
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			8.810	
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			2.922	2.674
Rendimentos de Aplicações Financeiras	97	115	1.015	1.932
Multas e Penalidades Aplicadas			189	1.318
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica				843
Outas Receitas Financeiras	2	22	309	82
Subtotal	164	138	16.985	9.633
Despesas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos (i)	(10)	(10)	(22.754)	(6.084)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica (ii)			(21.757)	
Encargos de Dívidas			(10.367)	(5.034)
Atualização de Benefício pós-emprego			(698)	(1.041)
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios			(589)	
Outras Despesas Financeiras	(7)	(11)	(1.972)	(484)
Subtotal	(17)	(21)	(58.137)	(12.643)
Resultado Financeiro	147	117	(41.152)	(3.010)

(i) Juros / Variações Monetárias sobre Passivos: O aumento no primeiro trimestre de 2015 é justificado pelas atualizações monetárias do Parcelamento da CIP (R\$ 5.914), do Contrato de Dívida com a FACEB (R\$ 1.530) e da Energia de Curto Prazo (R\$ 8.664) devido à variação dos indexadores no período.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica: A variação ocorreu pela variação do Dólar, que é o indexador das faturas de compra de energia elétrica de ITAIPU e ainda pela política de pagamento da CEB Distribuição para a geradora ITAIPU.

28 LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	31/03/2015	31/03/2014
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia	(57.160)	(74.531)
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(28.483)	(37.140)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(28.677)	(37.391)
Média ponderada das ações em circulação		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	4.576	4.576
Ações preferenciais – básicas e diluídas	4.607	4.607
Prejuízo por ação – R\$:		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(6,2245)	(8,1162)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(6,2245)	(8,1162)

29 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Remuneração	239	200	924	821
Demais Benefícios de Curto Prazo	63	60	184	182
Total	302	260	1.108	1.003

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

(c) Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

(i) Operações da Controladora com suas Controladas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		31/03/2015	31/12/2014
Ativo		70.115	68.902
Contas a Receber, líquida da PCLD		57.153	56.059
Governo do Distrito Federal	a	57.153	56.059
Demais Ativos		12.962	12.843
Dividendos/JSCP	b	12.778	12.659
CEB Lajeado S/A		12.317	12.177
Energética Corumbá III S/A		461	482
Outras Operações		184	184
CEB Distribuição S/A	c	184	184
Passivo		19.555	21.583
Dividendos		18.623	18.623
Governo do Distrito Federal	d	18.623	18.623
Demais Obrigações		932	2.960
CEB Distribuição S/A	e	765	2.793
CEB Distribuição S/A	f	167	167

	Notas	31/03/2015	31/03/2014
Receitas		9.137	15.416
Receita de Prestação de Serviços		9.137	15.416
Governo do Distrito Federal	g	9.137	15.416
Despesas		204	4

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/03/2015	31/03/2014
Outras Despesas			4
Despesa de Locação de Imóvel			4
CEB Distribuição S.A	h		4
Provisão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		204	
Governo do Distrito Federal	i	204	

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF.

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das controladas.

c) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram creditados em conta corrente da CEB D e que serão repassados através de encontro de contas a CEB.

d) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.

e) A CEB D possui empregados cedidos a Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

f) Refere-se a valores a pagar de depósito de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB e que é repassado através de encontro de contas a CEB D.

g) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF e totalizaram R\$ 77.610 no exercício de 2014 e a margem líquida média dos contratos de manutenção e obras é de 7,74%.

h) Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M com vencimento em 17 de fevereiro de 2014. O contrato foi rescindido em janeiro de 2014 e teve sua última parcela paga em fevereiro de 2014 referente à competência de Janeiro.

i) Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de IP por serviços prestados pela CEB.

(ii) Operações do Grupo e seus Acionistas Controladores e Coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		31/03/2015	31/12/2014
Ativo		149.305	124.611
Contas a Receber, Liquida da PCLD		140.615	116.255
Corumbá Concessões S/A	a	217	200
Energética Corumbá III S/A	a	74	53
Governo do Distrito Federal	b	140.325	116.002

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		31/03/2015	31/12/2014
Demais Ativos		8.690	8.356
Dividendos/JSCP	c	7.752	7.773
Energética Corumbá III S/A		461	482
Investco S/A		7.291	7.291
Outras Operações		938	583
Governo do Distrito Federal	d	938	583
Passivo		500.769	478.177
Fornecedores		37.043	53.074
Corumbá Concessões S/A	e	33.908	48.727
Energética Corumbá III S/A	e	3.135	4.347
Contribuição de Iluminação Pública		233.103	213.103
Governo do Distrito Federal	f	233.103	213.103
Dividendos		18.623	18.623
Governo do Distrito Federal	g	18.623	18.623
Outras Obrigações		212.000	212.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – Governo do Distrito Federal	h	212.000	212.000

	Notas	31/03/2015	31/03/2014
Receitas		84.000	88.096
Receita de Comercialização de Energia	i	981	703
Corumbá Concessões S/A		804	570
Energética Corumbá III S/A		177	133
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		83.019	87.393
Governo do Distrito Federal	j	83.019	87.393
Despesas		47.039	41.319
Energia Comprada para Revenda		44.055	41.319
Corumbá Concessões S/A	k	34.958	32.579
Energética Corumbá III S/A	k	9.097	8.740
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		2.984	
Governo do Distrito Federal	l	2.984	

a) As empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá S.A são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) (Companhia Energética de Brasília – CEB) prestado ao Governo do Distrito Federal - GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público e pelos serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal - GDF. Em 2011 a CEB D firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB no montante de R\$ 28.237 para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Pelo serviço de iluminação pública os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das coligadas.

d) A CEB D possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

e) A CEB D tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com as empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá III S.A, com prazos de vigência até 07/07/2015. Os valores das tarifas praticadas em 31 de março de 2014 para estes contratos são R\$ 212,85 MWh e R\$ 211,21 MWh respectivamente, e são atualizados pelo IGP_M.

f) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito federal (GDF). Em 31 de março de 2015 o montante a repassar ao GDF era de R\$ 233.103, atualizado pelo INPC.

g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.

h) Representa o valor dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) realizado do Governo do Distrito Federal – GDF, para aportes no capital da Companhia Energética de Brasília – CEB.

i) A empresa Corumbá Concessões S/A e Energética Corumbá III são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

j) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) e do fornecimento de energia elétrica ao Governo do Distrito Federal – GDF. O serviço de fornecimento de energia elétrica apresentou um montante de R\$ 73.882 que é cobrado de acordo com a tarifa homologada pelo órgão regulador – ANEEL. Para os serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública os valores são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF. Estes serviços totalizaram o montante de R\$ 9.137e a margem líquida média dos contratos de manutenção e obras é de 7,74%.

k) A CEB D tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com as empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá III S.A, com prazos de vigência até 07 de julho de/2015. Os valores das tarifas praticadas em 31 de março de 2015 para estes contratos são R\$ 212,85 MWh e R\$ 211,21 MWh respectivamente, e são atualizados pelo IGP_M.

l) Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, de créditos vencidos há mais de 360 dias cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D no montante de R\$ 2.780 e serviços de manutenção e obras de IP por serviços prestados pela CEB no valor de R\$ 204.

(iii) Operações com a FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CEB. Vide detalhes das transações na Nota 22.

(d) Acordo de Cooperação Técnica

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378 autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal - SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal - GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o Data Center da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos para ambos, apenas troca de benefícios.

30 SEGUROS

Em 31 de março de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da CEB D incluía danos materiais, não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 30 de dezembro de 2015, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.001 e a importância segurada de R\$ 426.197.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Resultado antes do Impostos de Renda e da Contribuição Social	(57.491)	(74.528)	(33.376)	(65.625)
Ajustes ao Prejuízo do Período				
Depreciação e Amortização	56	37	13.161	13.537
Resultado de Equivalência Patrimonial	56.712	73.206	(2.353)	(7.833)
Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível				11
Encargos da Dívida			10.310	5.222
Ajuste a Valor Presente			2	4
Atualização Monetária - Dividendos	(140)		110	
Custo da Transação com Empréstimos			57	
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais		(8)	817	1.520
Outras				
	56.628	73.235	22.104	12.461
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Aplicações Financeiras				
Contas a Receber	(1.095)	(482)	(38.875)	62.187
Estoques		1.932	2.340	2.546
Depósitos e Bloqueios Judiciais	55	(122)	4.610	(2.463)
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros			(68.555)	
Tributos e Contribuições Compensáveis	552	(20)	4.250	(6.229)
Demais Créditos	7	(1.451)	(16.182)	(36.528)
	(481)	(143)	(112.412)	19.513
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	(3.074)	(2.324)	60.216	39.724
Obrigações Tributárias	(452)	(168)	14.952	28.527
Contribuição de Iluminação Pública			20.000	7.887
Encargos Regulatórios			43.413	7.420
Obrigações Sociais e Trabalhistas	8	75	(505)	(34)
Benefícios Pós Emprego			(6.309)	(2.633)
Demais Obrigações	(129)	59	12.960	35
	(3.647)	(2.358)	144.727	80.926
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social			(1.325)	(9.027)
Pagamento de Encargos da Dívida			(9.089)	(5.180)
Pagamento de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais		(34)		(34)
		(34)	(10.414)	(14.241)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	(4.991)	(3.828)	10.629	33.034

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Brasília, 13 de maio de 2015.

FRANCISCO AURÉLIO SAMPAIO SANTIAGO

Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Diretor Técnico

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA

Diretor de Geração e Negócios

ARI JOAQUIM DA SILVA

**Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores**

THIAGO CAVALCANTE SANTOS

Contador

CRC – DF 022977/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A.

Informações Trimestrais – ITR
Em 31 de março de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Brasília S.A.
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão

descritos na Nota Explicativa nº 1.2 (ii). Ademais, conforme Nota Explicativa nº 1.2 (viii), a Companhia é detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 066/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, com vencimento em 7 de julho de 2015. As informações contábeis intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A controlada Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2.a, entrou em operação no dia 8 de novembro de 2007, por meio do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores no Brasil. Para que essa operação seja similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido com seus acionistas ou com terceiros. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada. As informações contábeis intermediárias dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso dessa controlada não conseguir tornar suas atividades similares a de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos descritas no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 e 31 de março de 2014, utilizadas para fins de comparação foram auditadas/revisadas por nós, contendo ressalva quanto à ausência de conciliação dos fornecedores, regularizada no exercício de 2014 e ênfases quanto aos seguintes assuntos: i) créditos junto ao Governo do Distrito Federal, vencidos há longa data, provisionados integralmente no exercício de 2014; ii) Não repasse da contribuição da iluminação pública ao Governo do Distrito Federal, já devidamente parcelada junto ao Governo do Distrito Federal; iii) pelo histórico de deficiência no capital de giro da Controlada CEB Distribuição S.A; iv) Risco de continuidade da controlada Companhia Brasileira de Gás- CEBGÁS.

Brasília, 13 de maio de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF

Alfredo Ferreira Marques Filho Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S – DF Contador CRC 1 GO 014553/O-0 – S - DF

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

RESOLUÇÃO: A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE autorizar a emissão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao primeiro trimestre de 2015.

FRANCISCO AURÉLIO SAMPAIO SANTIAGO
Diretor-Presidente

ARI JOAQUIM DA SILVA
Diretor Administrativo-Financeiro e
de Relações com Investidores

HAMILTON CARLOS NAVES
Diretor de Regulação e
Planejamento Estratégico

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Técnico